

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RENATA PATRÍCIA SILVA MORAES

**O LAR E A ORDEM: MORADIA E COTIDIANO DOMÉSTICO NO
RECIFE DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)**

**RECIFE
2016**

RENATA PATRÍCIA SILVA MORAES

**O LAR E A ORDEM: MORADIA E COTIDIANO DOMÉSTICO NO RECIFE
DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Pernambuco na
linha de pesquisa Cultura e Memória

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo de
Morais Rezende.

**RECIFE
2016**

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M8271 Moraes, Renata Patrícia Silva.
O lar e a ordem : moradia e cotidiano doméstico no Recife durante o
Estado Novo (1937-1945) / Renata Patrícia Silva Moraes. – 2016.
73 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.
Inclui Referências e anexos.

1. História. 2. Desenvolvimento habitacional. 3. Direito à moradia. 4.
Família. 5. Estado novo. 6. Mocambo. I. Rezende, Antônio Paulo de Moraes
(Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-237)

Para as Marias: José, Lindinalva e Lindáura.

AGRADECIMENTOS

Gratidão, Antônio, por ter sido mais do que um orientador, um amigo nos anos difíceis que se seguiram no mestrado. Agradeço também de forma especial a Sandra e Patrícia, minhas padroeiras que me acalmaram e me alegraram tanto. A torcida de vocês fez toda a diferença.

Gratidão aos meus amigos, que felizmente são tantos! Entendo que muitos não compreenderam o período de silêncio e reserva que precisei, mas é como dizem: nas horas de aperto é que conhecemos quem está do nosso lado. E vocês ficaram e me ajudam a ser uma pessoa melhor. A lista é longa mas não posso deixar de citar alguns nomes: Genú, Iana, Deborah, Alanna, Viviane, Ludmila, Milena, Carlos, Tiago e Rafael. Citar os nomes de vocês é quase como uma oração.

Também não posso deixar de mencionar a minha família de mulheres tão fortes: a história da antiga palafita em Brasília Teimosa foi que despertou o desejo e a necessidade de falar do ninho e da concha, do repouso e da proteção.

Por fim, gratidão à vida. *I'm still alive.*

“A casa foi abandonada; a casa foi deixada sozinha. Foi abandonada como uma concha numa duna, à espera de ser enchida com grãos de sal seco, agora que a vida a deixara. (...) Que força podia agora impedir a fertilidade, a insensibilidade da natureza?

Ao farol, Virgínia Woolf

RESUMO

Essa dissertação trata das representações correntes na imprensa, documentos oficiais e correspondências de governo circulados no Recife sobre a questão da moradia e do cotidiano familiar durante o período intitulado Estado Novo, ocorrido entre os anos de 1937 a 1945, com liderança nacional de Getúlio Vargas e em Pernambuco de Agamenon Magalhães. Políticos, médicos, jornalistas, autores, arquitetos e vários outros profissionais dedicaram-se a expor a miséria e degradação vivenciada nos mocambos do da capital pernambucana e propuseram soluções que sanassem não só os males da moradia como também do indivíduo, indo da saúde ao caráter, do corpo à alma. Percebia-se as falhas de ação e de crença que o sujeito apresentava (alcoolismo, malandragem, comunismo, entre outras) como em íntima relação com as formas de se morar e o que nelas se deveria experimentar (conforto, saúde, boa formação moral e religiosa) em contraponto ao que às más moradias proporcionavam (desvio de caráter, de corpo e de crença), sendo fundamental combater os agentes influenciadores que a miséria poderia impor ao cidadão para que ele pudesse cumprir seu dever com a nação. Percebe-se nas práticas de extinção do mocambo e das demais formas desviantes de se morar não apenas um fim estético mas principalmente uma intervenção sobre as formas de ser e viver na cidade de acordo com o pensamento político e cultural majoritário desse tempo.

Palavras-chave: Estado Novo. Moradia. Mocambo. Família.

ABSTRACT

This máster thesis deals with current representations in the press, official documents and government correspondence circulated in Recife on the issue of housing and family daily life during the period entitled Estado Novo, which occurred between 1937 and 1945, with the national leadership of Getúlio Vargas and In Pernambuco by Agamenon Magalhães. Politicians, doctors, journalists, authors, architects and several other professionals dedicated themselves to exposing the misery and degradation experienced in the mocambos of the capital of Pernambuco and proposed solutions that would cure not only the evils of the dwelling but also of the individual, going from health to character , From body to soul. The faults of action and belief that the subject presented (alcoholism, malandragem, communism, among others) were perceived as being in close relation with the ways of living and what should be experienced in them (comfort, health, good moral formation and Religious) as a counterpoint to what the bad houses provided (deviation of character, body and belief), and it is fundamental to combat the influential agents that misery could impose on the citizen so that he could fulfill his duty to the nation. It is evident in the practices of extinction of the mocambo and other deviant forms of living not only an aesthetic end but mainly an intervention on the ways of being and living in the city according to the political and cultural majoritarian thought of that time.

Keywords: Estado Novo. Home. Mocambo. Family.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	UM CHÃO ONDE O HOMEM POSSA MORAR.....	16
2.1	O ministério: aspectos gerais sobre arquitetura, política e moradia.....	16
2.2	Casas: modo de fazer.....	20
2.3	Lavadeiras, cozinheiras, bancários: as vilas operárias e a guerra contra o mocambo.....	23
3	A MULHER E SEUS DEVERES.....	32
3.1	o amor enquanto essência da mulher.....	33
3.2	Educar e reproduzir.....	35
3.3	Casa, comida, marido, filhos.....	41
4	O HOMEM E AS SUAS FUNÇÕES.....	46
4.1	Questões de honra.....	48
4.2	Quando o homem não pode falhar	51
4.3	De meninos a homens.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	64
	ANEXO A – FOTOGRAFIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

“A casa é, sabe-se bem, a referência de toda metáfora”.

Michel de Certeau, *a invenção do cotidiano*.

Michel de Certeau circulou pelas cidades que visitara atento aos sons, cheiros, palavras e gestos que realizavam em seus trajetos.; pensava de uma forma própria sobre os elementos culturais tanto da França – seu país de origem – como dos Estados Unidos, do Brasil, entre outros lugares. Em suas obras, especialmente em *A escrita da História*, percebemos que foi um historiador preocupado e fascinado com as sutilezas do cotidiano e as várias ações que realizamos e expressam tanto de nós: andar, cozinhar, conviver, morar.

Os trajetos que fazemos, para ali perto ou para o mais distante possível, ajudaram ambos a perceber elementos escondidos no manto do comum e viajar parece ser o meio mais eficaz para se “sair do óbvio” quando tratamos do cotidiano. Pode-se deduzir que Certeau sabia bem aproveitar esses momentos para perceber os encontros e dissonâncias entre as culturas de um grupo e de outro e fazia suas observações com primor; porém, reconhecer essa importância não excluía a possibilidade de criticar aquilo que achava fundamental. Em seu livro *A invenção do cotidiano*, o autor dedica algumas páginas sobre o trabalho do sociólogo Pierre Bourdieu e questiona sua necessidade de ter de ir buscar um lugar tão exótico e distante da França para trabalhar sobre a dimensão simbólica dos espaços da casa e sua relação com a prática familiar: as funções do homem e da mulher, onde ficam os velhos e as crianças, o lugar de dormir e de comer. Bourdieu escrevera anos antes o texto intitulado *a casa ou o mundo às avessas*, que Certeau cita e faz a seguinte observação sobre sua teoria e análise:

Como a imagem tradicional das sociedades primitivas e/ou camponesas, nada aí se mexe, nem a história, salvo o que ali é gravado por uma ordem estranha. A imobilidade dessa memória garante à teoria que o sistema socioeconômico será fielmente reproduzido nas práticas. (...) O *outro* (kalibino ou birmanês) vem fornecer o elemento que falta à teoria para que ela funcione e ‘tudo se explique’. (...) É justamente a casa, memória silenciosa e determinante, que se estabelece na teoria sob a forma do *habitus* e que, além disso, aporta à suposição um referencial, uma aparência de realidade. Graças ao fato de sua metaforização teórica, esse referencial não passa no entanto de algo provável. A casa dá ao *habitus* a sua forma, porém não seu conteúdo. (CERTEAU, 2012, p. 119-120)

Recorrer a essa casa paralisada no tempo, que faz com que seus habitantes preservem práticas ancestrais e serve de forma para aplicação do conceito que Bourdieu chama por *habitus* – extenso conjunto de ações simbólicas e físicas que aprendemos e reproduzimos em sociedade segundo ditames ora conflituosos, ora não tanto, de poder em sociedade – daria impressão de termos encontrado a fórmula final sobre a relação entre a casa e o sujeito, de modo que veríamos as conexões culturais que temos com outros grupos e perceberíamos o “elo perdido” entre a vida contemporânea e a de nossos antepassados. Desde já, portanto, essa perspectiva precisa ser evitada.

A experiência de morar é transmitida em sociedade entre gerações e com elementos comuns tanto arquitetonicamente como no campo dos costumes, o que nos faz sentir certa familiaridade ao lermos histórias, vermos imagens ou visitar antigas moradas antes desconhecidas por nós. Essa noção de familiaridade, de aproximação com algo conhecido nosso que pode nos emocionar e comunicar elementos sobre a vida corrida nesses lugares, está relacionada com o compartilhamento de relatos, de conhecimentos e de técnicas de construção, distribuição do espaço, maneiras de cozinhar, de falar e de se relacionar com quem é “de casa” e “da rua” (FRERE, 2004). As práticas domésticas, em geral, podem nos dar especial experiência de preservação de hábitos pois é na dinâmica de morar (do portão ao quintal) que costumamos encontrar com mais força a transmissão de saberes entre as gerações, nem sempre registrada pelas câmeras ou textos – senão os de cunho mais íntimo, como fotos de família ou diários.

Michel de Certeau percebeu esse elemento e nos trouxe em suas obras uma forma metodológica de como trabalhar essa perspectiva na História e aqui também está presente. Assim como ele, outros autores também se debruçaram sobre o tema, partindo tanto de uma perspectiva simbólica quanto de análise matéria (a casa em si, digamos assim). O encontro entre as duas propostas resultantes delas, a partir da referência que Certeau deixou para a História, foi fundamental nesse trabalho.

Como ir além de escrever sobre a experiência do lar e sim “escrever o lar”, permitindo trazer em letras esse vínculo entre nós e o ambiente em que moramos e que seguimos buscando por grande parte de nossas vidas? O desejo de

Ludmila Brandão em seu livro *A casa subjetiva* era trazer a experiência de se construir a morada sem separar os laços com as práticas domésticas, ou seja, tratar da casa enquanto lar: espaço onde ocorre essa prática de “deitar raízes” em um lugar em que o sujeito se sinta pertencente, confortável, seguro; lugar em que pode respirar e conviver sentindo-se bem. Percebe-se que, por essa ideia que Brandão em concordância com Gaston Bachelard, a experiência do lar é sobretudo feliz: é um exercício constante de entrelaçamento entre espaço e ser que proporciona abrigo e segurança acolhedora, como colo materno. Se não se experimentou esse sentimento nas casa em que habitou, não houve – segundo essa ideia – a experiência de ter um lar.

Tecendo sua narrativa entre o efêmero e o concreto, Brandão nos conduz entre suas vivências em diferentes casas que habitou em sua vida mostrando- nos que o ato de construir e morar também remete (em carne, tijolo e imaginário) ao ato de se construir e se morar: laços desenvolvidos através da memória e do contato do corpo com o que há ao redor – cortes, cicatrizes, ali onde o dente caiu quando criança, mais a frente quando ralou os joelhos – e que ficam assim, “documentados” na pele. O ser humano desenvolve-se em sintonia com o lugar que habita, desejando ter ali um lar que, por sua vez, será desenvolvido pelas teias sutis da significação desenvolvida no dia-a-dia.

Não apenas Brandão traz essa forma de pensar. Ecléa Bosi, em seu livro dedicado às relações entre lembrar e narrar nos idosos – *Memória e Sociedade* – percebe a importância dos lugares onde se morou para se estabelecer referências de memória: “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. Memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p. 55). A casa presente na memória, ainda que não mais no espaço, acolhe portas adentro nossas memórias mais preciosas, nessa experiência de lar que vivemos das mais diferentes formas, porém com um “sistema” de significação bem semelhante. Ao desenharmos na mente seus traços, sua textura e temperatura trazemos ainda seus objeto, que “quanto mais voltados ao uso cotidiano, mais expressivos são os objetos: os metais se arredondam, se ovalam, os cabos de madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde as arestas e se abrandam” (BOSI, 1994,p. 441).

Há de se viver no lar, portanto, essa inigualável sensação de pertencimento e de comunhão. Diz-se “estou em casa” e um respiro de alívio nos solta das pressões da rua para enfim descansarmos. O pensador Gaston Bachelard dedicou boa parte de suas obras, especialmente a intitulada *A poética do espaço*, para tratar dessa representação do imaginário nas palavras e como elas repercutem esse desejo e os frutos dessa experiência. Apesar de o autor focar na imagem do lar entendido uma experiência feliz, podemos estender um pouco as suas conclusões para perceber que, felizes ou não, é na nossa experiência de habitar que aprendemos nossas primeiras noções sobre desejo e relação eu-outro: dentro e fora, eu e mamãe, eu e o berço.

No que diz respeito à experiência poética, parece-nos que as palavras que lemos nos fazem comungar com o outro sobre tantos lugares jamais visitados (mas que, misteriosamente, entendemos e até sentimos) nos trazem a impressão de que a experiência dali vinda é universal. Tal como dissemos antes, essa sensação ocorre dada a troca de aprendizados sobre técnicas diversas comum nas práticas culturais e que fazem nossas vidas em casa terem um pouco da África, um pouco da Ásia, um pouco da Europa e um bocado do que já havia antes que chegassem aqui (WEINER, 2005). Ainda assim, a proposta de Bachelard nos proporciona amplitude suficiente para percebermos as entrelinhas do texto a partir de sua linguagem. Com frequência a documentação produzida no Estado Novo apresenta uma gama de expressões que não são literais, mas sim um conjunto de referências que, graças a esse autor, puderam ser melhor percebidas e consideradas não como simples figuras de linguagem mas sim conectores entre a letra em tinta e o imaginário de um tempo, um lugar e um autor.

Sobre o que é chamado por discurso oficial (aquele conjunto de elementos tomados em sua contemporaneidade como dominantes e afirmantes de ideias correntes e em destaque, tendo-se confiado em seu conteúdo devido a relações de saber-poder e de disputas intelectuais e políticas daquele tempo que colaboraram com que em posteriormente eles ainda fossem lidos, quer seja para concordar quer seja para criticar, mas sempre percebendo-se no uso dos mesmos uma dimensão “substituidora” de certo olhar sobre um acontecimento – tal como poderia ser feito com um quebra-cabeças quando uma peça falta) cabe

aqui considerarmos as reflexões de Paul Ricoeur em seu livro *A memória, a história, o esquecimento*, especialmente que é em situações de disputas que as provas de qualificação envolvendo a avaliação das pessoas recorrem a estratégias argumentativas destinadas a justificar sua ação ou a sustentar as críticas no meio das desavenças. “O que é notável não é apenas que a ideia de grandeza faça sua reentrada na sociologia da ação e, portanto, também na história das representações, mas que volte sob a forma do plural”. (RICOEUR, 2007. P. 286-287)

Circulando pelos principais endereços da cidade do Recife, principalmente em sua área central, com um mapa produzido durante o regime estadonovista é possível perceber a presença de construções daquela época e imaginar a potência que elas tinham na paisagem e o que desejavam comunicar. Concreto, linhas retas e amplitude: corpos, bondes e carros deviam circular com eficiência. O trajeto torto dos becos e ruelas era intolerável para os padrões precisos e higiênicos desenhados considerando-se os benéficos valores da vida moderna - ela encantava ao mesmo tempo que assustava. Eram muitas as novidades de produtos para a casa, automóveis, medicamentos, entre tantos outros objetos que participaram de uma relação de consumo voltada àqueles que desejavam (e podiam pagar) aquilo que havia de melhor.

Especialmente com a disseminação do cinema feito em Hollywood e a colaboração brasileira aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade do Recife dava as boas-vindas aos norte-americanos e as pessoas iam ponto um pouco mais de inglês na sua fala cotidiana. Até mesmo lugares tradicionais, como o Hotel Central, passaram a aderir o novo vocabulário em seu cardápio – coisa que não satisfazia nem um pouco jornalistas como Mario Mello e Mario Sette. Eles e outros opositores dessa “invasão” moderna desenfreada foram chamados de passadistas devido suas fortes opiniões contra aquilo que mais parecia um monstro a destruir a cidade dos sobrados e das casas grande do que um anjo do progresso. Nessa fome do moderno poderíamos perder nossa identidade, nossa paisagem e, o mais grave, aquilo que tornava os recifenses e pernambucanos únicos em sua identidade regional: as formas de se morar. Entra em debate nessa dissertação as principais ideias sobre a importância de se observar a casa tanto em seus aspectos estruturais como a intimidade de seus moradores; a dinâmica casa-rua e a experiência da vida privada em tempos de guerra, de cinema e de rádio; as ações governamentais

voltadas ao que se entendia por melhoria de vida das populações pobre moradoras dos mocambos e as motivações ideológicas e simbólicas presentes dos discursos de alguns nomes envolvidos nesse contexto.

No primeiro capítulo estão refletidos os principais discursos sobre a casa e o lar projetados em Recife durante o Estado Novo: como deveria ser, o que fazer para se alcançar a casa ideal, o que seria preciso sacrificar. A casa aparece como um Éden perdido, o ninho que acalentaria e faria surgir o novo homem da nova época que se inaugurava, com as paredes, chão e teto a nutrir o ser. Que ele fosse forte, que fosse bravo, que fosse trabalhador e cristão como a família brasileira deveria ser. Estrutura arquitetural e pessoal ligados pelo lema adaptado da Bíblia: “diga-me onde moras que te direi quem és”.

O segundo capítulo é dedicado à mulher em sua condição de mãe – destino dito como “natural” e da essência feminina – e aquilo que surge apenas de seu ventre. A relação mãe e filho dentro da casa sendo constantemente avaliadas pelos campos da ciência, da medicina, da religião e da política, sendo o exemplo maior o da Virgem Maria, mãe devota e sacrificada de sua humanidade para que tivesse seu sagrado filho e se tornasse “a Grande Mãe”. E, apesar desses esforços para regular a vida feminina, o que aconteceria com aquelas que não correspondessem esse padrão de feminilidade? Aquelas que ao invés da casa, estão nas ruas, fábricas e cabarés? Aquelas que não são jovens, nem belas, nem mães, nem casadas?

O terceiro e último capítulo se destina a tecer linhas sobre o homem, este não apenas enquanto pai, mas enquanto ser apresentado como oposto à mulher em todos os sentidos: o homem vai à rua, trabalha, tem relações e prazeres fora da casa, vai a guerra, constrói e sustenta a casa. Os afeminados, os desempregados, os “vagabundos” e artistas, onde estavam? Seus textos e vozes foram silenciados tanto a ponto de pensarmos que só haviam Lampiões e outros cabras machos dentro e fora da casa? O que é ser homem além de não ser mulher?

As principais fontes utilizadas nessa dissertação vêm de jornais como o *Folha da Manhã* e o *Jornal Pequeno*; revistas de circulação nacional sobre vários temas (*Fonfon*, *Careta*, *Criança: revista para os pais*, entre outros); publicações oficiais elaboradas pelos departamentos e instituições vinculadas ao governo, especialmente o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e o MES (Ministério

da Educação e Saúde); correspondências oficiais entre os órgãos da interventoria de Pernambuco e daqui para o Palácio do Catete, sede do governo brasileiro. O DIP era responsável pelo controle e censura de todos os veículos de comunicação no país e em cada estado foi fundada sua ramificação, o DEIP. Nos arquivos desses órgãos, localizados no APEJE (Arquivo Público Estadual João Emerenciano) foram encontradas várias instruções sobre as orientações que os censores deveriam ter no momento de permitirem e reprimirem as ideias que seriam postas em divulgação.

Uma das características do Estado Novo foi sua articulação complexa de repressão e censura. Havia um limite delicado do quanto se poderia discordar e divergir da ordem estabelecida. Maquiava-se a imagem ditatorial com traços de otimismo, segurança, progresso. Obras públicas de teor grandioso, uso de linhas retas e concreto nas construções; combate ao comunismo, aos “quinta coluna” (nome dado aos espões infiltrados no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial) e ao mocambo. Foram criadas no Recife perspectivas para a produção dessa vida desejada. Avançou nas demolições, não poupando sequer as igrejas, para aberturas de novas avenidas onde circulariam os veículos e sonhos. “O desenvolvimento da cidade passa também pela construção de elos entre o material e o irreal. Plasma-se na imaginação, nos valores, laços com o espaço físico. E a integração homem/meio promove desde sonhos e fantasias”. (DUARTE, Eduardo, 2009. P. 34-35). Não que nada significasse o passado, mas era preciso se desprender dele para poder crescer.

2 UM CHÃO ONDE O HOMEM POSSA MORAR

Em 7 de novembro de 1939 os leitores do Jornal Pequeno puderam apreciar um texto do jornalista Mario Sette descrevendo um Recife de casas grandes, de escravos, de gente com costumes, roupas, cotidianos diferentes do que os agitados anos de 1930 trouxeram e os de 1940 prometiam. Desta vez, o autor se dedicou a memorar sobre sua casa primeira, o ninho onde nascera e vivera na infância os seus momentos mais alegres e dolorosos. Geralmente é na casa de nossa infância que primeiramente experimentamos o sentido de lar, e com Sette não foi diferente: em seu texto “a casa que vai ao chão (página de um diário íntimo), ele partilha conosco suas lembranças:

Estão botando abaixo a velha casa em que passei quase dez anos de minha meninice e onde meu pai morreu numa triste manhã do dia de São José do ano de 1897. Após 42 anos entrei hoje de novo no antigo teto de minha família. Não que me faltassem desejos de fazê-lo. Ao contrário, namorava, ao passear, aquela casa e sonhava com percorrê-la, numa espécie de peregrinação. Porém a oportunidade somente agora me chegou e quando tudo vai desaparecer para sempre. Profundíssima minha emoção. Vaguei por todas aquelas dependências cheias de recordações, de “vida” para meu interior, com o recolhimento de quem corre uma igreja de sua terra, após longa ausência. (...) Passaria ali um dia a me recordar tudo que se fora. Talvez me demorando, a “vida” de antes voltasse. Quase beijei as paredes e o chão por onde as mãos e os pés de meus pais e meus avós haviam roçado. (...) Tijolos amontoavam-se, traves desciam, rebocos iam embora. Para que destino? Para que fim? (...) E a velha “casa de meus pais” ia viver agora, não mais para minha vista, mas somente para meu coração¹

A experiência de lar é esta: fechamos nossos olhos e podemos, por instantes, roçar novamente as paredes que nos cercavam com as pontas dos nossos dedos; a temperatura e textura do chão, a humidade, os sons e cheiros que povoavam esse lugar. E quando temos a oportunidade de visitar esta antiga morada, geralmente há o estranhamento: como podem ser a memória e o espaço referente serem próximos e distantes assim? Sette percebeu a potência do tempo: talvez mais do que as marretas a produzirem escombros, o que ele experimentou foi o deslocamento e o apagamento de algo que era seu, que era ele.

2.1 O ministério: aspectos gerais sobre arquitetura, política e moradia

¹ 1 A casa que vem abaixo (páginas de um diário íntimo). Mario Sette, Jornal Pequeno, 07/11/39, p. 3.

Na mesma época em que Sette se encontrava saudoso de sua antiga casa e refletindo sobre o futuro da cidade (haveria de sobrar alguma construção antiga em pé?), o chefe do Ministério da Educação e Saúde (MES), Gustavo Capanema, encontrava-se agitado: após meses de burocracia e análise de projetos, em 1935 ele invalidou o concurso que selecionaria o projeto do edifício- sede do seu ministério, que atrasou bastante a conclusão das obras e estava consumindo a paciência de muitos. Capanema trocara conversas com seu superior explicando sua decisão e, tudo sendo posto às claras, enfim fez o que achava melhor: solicitou a Lúcio Costa que formasse um time de profissionais voltados ao estilo moderno de Le Corbusier (tendo ele estado entre os membros da equipe pelo período de julho a agosto de 1936) que desenvolvesse um projeto diferente de tudo que antes foi feito na capital federal.

Concluído em 1945 com grande solenidade, o Ministério da Educação de Saúde expressa, tal como foi desejado, os valores e ideologia do governo do Estado Novo. O cuidado com tal projeto se manifestou em todos os detalhes expressos nos vários desenhos do projeto e nas cartas trocadas entre Capanema e Vargas durante esses anos. A construção do edifício era a “menina dos olhos” do ministro, que se entusiasmava sobretudo com as obras de arte que seriam postas: “A principal delas (das esculturas) será a estátua do homem, do homem brasileiro. Por que este símbolo? Justamente porque o Ministério de Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a aperfeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o “ministério do homem” (In. LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. 1996. P. 224-225).

Não se pode deixar de notar o poder dessas frases. A visão de Capanema sobre a função do seu ministério é intensa: a partir de suas mãos e dos gabinetes que funcionariam no novo edifício o brasileiro seria formado a golpes precisos e definitivos, tornaria-se o que “estaria destinado a ser” – trabalhador, formador de boa família, cristão, portador de energia e ação em prol da pátria. De Cândido Portinari a Lucio Costa, a aprovação de Gustavo Capanema quanto a composição da equipe do projeto se dava pela compreensão de que tal edifício seria o “satélite” que emanaria uma nova forma de vida no Brasil, sendo ele o responsável pela construção, tal como interpreta na escolha da escultura apontada, do novo homem brasileiro, livre dos vícios antigos do ócio, da estupidez e da indisciplina que enfim surgiria graças a estruturação imposta pelo ministério. Esse novo homem sai da terra: brota dela,

domina-a e segue além, rumo ao seu destino de progresso, porém não rompendo sua nutrição moral através de seu vínculo com a pátria.

Cabe aqui tratar de alguns elementos relativos à ideologia e a identidade desses grupos intelectuais e artísticos que participaram (cooptados ou espontaneamente) do regime. No caso brasileiro, a distinção entre totalitarismo e autoritarismo foi explicitada frequentemente, com o esforço de autores como Azevedo Amaral obstinados em destacar as diferenças. Enquanto no totalitarismo havia, segundo ele, a repressão dos desejos do homem para a satisfação de seu líder, o regime autoritário tratava de, respeitando a ordem e a hierarquia, trabalhar em prol da felicidade de todos, pois isso significava realizar as ações fundamentais para o sucesso da nação. Terra e homem unidos e explorando todos os seus potenciais em direção ao progresso (FAUSTO, 2001)

A ideologia totalitarista encontrou no discurso da arquitetura moderna brasileira o meio ideal para expressar concretamente no meio urbano a sua grandeza, mas não sem queixas dos membros voltados à tradição, acusando os modernistas de serem “europeizados” e não transmitirem os valores nacionais nas suas obras, crítica essa superada a ponto de acabar por trazer nas escolhas das obras realizadas pelo regime algumas das principais características do estilo moderno, ainda que não de forma fiel aos ideais de Le Corbusier e seus discípulos (SEGAWA, 2014).

Ainda que os “tradicionalistas” ou, como também chamados na época abordada, “passadistas” – sujeitos que expressaram suas preocupações e reclamações sobre os rumos que o Brasil tomava diante da “sedução da modernidade” (título também dado aos os jornalistas Mario Sette e Mario Melo) – sejam com frequência lembrados quanto à noção de que no país corria-se o risco de que sua nação perdesse suas referências diante de tantos estrangeirismos, essa percepção de vínculo com o passado não lhes foi exclusiva. O que ocorreu durante o Estado Novo foi, na verdade, a divulgação de uma “mitologia” do que é ser brasileiro que se desenvolveu a partir de várias ações, cujos termos “modernista” e “passadista” não dão conta. Isso fica claro não apenas na leitura das correspondências oficiais entre os governantes ²como também na interpretação dos

² Há no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) localizado no Rio de Janeiro arquivos com grande quantidade de correspondências entre Getúlio Vargas,

jornais, revistas e demais publicações dessas duas décadas.

O Ministério de Educação e Saúde foi o principal órgão responsável por articular diferentes personalidades políticas e intelectuais em seus objetivos de doutrinação e cooptação de poder para o regime do Estado Novo. Assim como o Ministério do Trabalho, tornou-se elemento-chave da ideologia vigente no período tanto por trazer “à prática” valores deliberados como fundamentais para o desenvolvimento do país – trabalho e escolarização profissionalizantes – como também por incluírem em sua grade de deveres oficiais o doutrinação voltado ao que o núcleo governamental determinara. Podemos perceber, portanto, que os diversos órgãos de governo durante o período e as doutrinas expostas (como, por exemplo, o trabalhismo) articularam-se de forma vertical e hierárquica, fundamentados em uma ideia de progresso da raça brasileira (educação, saúde e moradia) através de uma disciplina firme e voltada aos ideais nacionais (ideologia e práticas militaristas e católicas) com práticas higienizadoras da cidade e do corpo (regulamentação dos esportes e aplicação nas escolas, assim como procedimentos de cunho eugênico e segregador).

Como instrumento para a formação do novo homem e da nacionalidade, contava o MES com o Departamento de Propaganda, que atuava pedagogicamente através de música, educação física, cinema, rádio e habitação. Desempenhava a música, em especial o canto orfeônico, forte papel na tentativa de educação popular: Villa-Lobos regia centenas de pessoas – em ginásios, estádios de futebol e praças públicas – na procura de incorporar cantos tradicionais da área rural à música erudita. Atribuía-se à educação física enorme relevo na obra da construção do povo brasileiro, ou seja, na formação ‘eugênica’ das massas. Encarava-se o cinema como forte instrumento para ‘influir beneficentemente sobre as massas populares, instigando os belos entusiasmos e ensinando as grandes atitudes e as nobres ações’. O rádio era visto como elemento educador por excelência, devendo ter fundamentalmente, uma aplicação pedagógica. A habitação era outro setor essencial: as doenças, a preguiça e o desânimo do trabalhador eram atribuídos às más condições de higiene da moradia” (CAVALCANTI, 2006. P. 34)

O tema da moradia, sobretudo a promoção da casa própria, foi posto em pauta frequentemente nos discursos de Getúlio Vargas e seus interventores. Entendia-se que a moradia digna era de direito de todo brasileiro e que para conquista-la o trabalhador deveria contar com o auxílio governamental, estando os financiamentos da Caixa de Aposentadoria e Pensões e a Lei do Inquilinato presentes nesse tempo

Gustavo Capanema e Agamenon Magalhães durante os anos de seus governos tratando de diversos assuntos, tendo sido o foco de busca desta pesquisa nesses documentos a comunicação voltada às orientações de governo e ações realizadas por cada um fundamentados em uma densa relação de hierarquia e expresso comprometimento com o regime.

para auxiliar a família trabalhadora em suas despesas com a aquisição ou aluguel de moradia. Tais temas eram debatidos tanto na esfera pública quanto privada desde o final do século XIX no país, principalmente nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, porém apenas durante os anos 1930 o Estado envolveu-se declaradamente com medidas que proporcionassem o financiamento de residências em vilas operárias.

Assim como os mocambos, os casebres, os cortiços e casarios em péssimas condições de vida chamavam a atenção daqueles que circulavam pelas grandes capitais, sendo tema de discursos e da literatura. Percebia-se que a forma de se morar e as dinâmicas domésticas ali vivenciadas eram elementos fundadores do ser que daí sairia (CHALHOUB, 2001). Em outras palavras, dependendo da forma como se habitasse um homem ou uma mulher poderiam ter destinos fatais como a prostituição ou a “malandragem” (furto, alcoolismo, brigas de rua), sendo graves transtornos tanto para seus parentes e dependentes como para o Estado, já que sua ideologia era focada na compreensão de que a família e sua residência eram o ninho da nação. Era garantida na Constituição posta em voga a partir de 1937 o dever do Estado de proteger a família e para isso os ministérios deveriam se mobilizar com o apoio da população e o conhecimento dos profissionais capacitados.

Iniciou-se assim uma nova fase de estudo sobre o problema da moradia: agora a abordagem seria multidisciplinar. A difusão do ensino superior somada uma forte burocracia estatal proporcionou novas ações tanto em análises quanto em propostas de mudança levando em conta desde aspectos físicos e jurídicos até os urbanísticos, sociais e ideológicos objetivando o fim da moradia miserável, a viabilização do aluguel e da venda de imóveis de baixo custo e, sobretudo, a aquisição da casa própria. (BONDUKI, 2004).

2.2 Casas: modo de fazer

Os arquitetos vez por outra voltam para si a pergunta que está no cerne de seu ofício: Como criar um espaço que traga ao seu futuro habitante a segurança e acolhimento necessários a esse tipo de construção? No início do século XX, Le Corbusier tentava achar tais respostas. Olhava o seu tempo e as invenções

incessantes que surgiam: aviões, carros cada vez mais rápidos, fábricas, sem falar das guerras e todos os seus equipamentos. A sociedade europeia estava arquitetonicamente caduca, concluiu. Precisava urgentemente de novas formas – claras, simples e eficientes – de transitar e residir – devendo a arquitetura seguir o exemplo da engenharia e ser tão preciso e eficiente a ponto de desenvolver a casa como uma “máquina de morar” (SEGAWA, 2014). O centro de Paris fora demolido e reconstruído com essa motivação e, entre os anos de 1920 e 1930, decidiu aceitar os convites de viagem e rumou em descoberta ao Novo Mundo, atento às diferentes formas de se morar que encontrava. As favelas, os cortiços, as moradas dos índios, dos negros, dos pobres e de tudo “não-europeu” que encontrava fortalecia nele a ideia, há anos desenvolvida, de que é do instinto humano construir e que os espaços habitados sempre trazem vestígios com as moradas dos primeiros dias (RYKWERT, 2003).

Se os Estados Unidos o fascinaram por sua dinâmica veloz e prática, o Brasil o encantara por sua natureza. Deleitou-se em andanças pelo Rio de Janeiro, ficou estonteado com as coisas da cidade que ainda parecia mais floresta do que civilização -povo e casa em simbiose. Ele procurava pelo que chamava de “casa dos homens”, alegando que essa sim traria o que caracteriza o lar: o amor. Achava os negros dos morros bons e magníficos por sua expressão original nos modos de ser e construir, diferente da forma artificializada que a Argentina e a Europa haviam lhe proporcionado. Os elementos pitorescos das cidades brasileiras o encantara e o motivara em seu propósito de trazer ao Novo Mundo uma arquitetura à altura de seu potencial (CORBUSIER, Le. *Prólogo Americano*. In. PEREIRA, Margareth, 1987).

Le Corbusier mostrou-se inspirado a realizar no país seu objetivo de vida e o explicou em palestras e textos aos brasileiros: Lucio Costa³, Oscar Niemeyer, etc.

³ “A influência de Lucio Costa sobre a arquitetura contemporânea brasileira foi considerável, ainda que ele não tenha exercido em tempo integral a profissão de arquiteto, em razão de suas funções no Serviço do Patrimônio Histórico e, ainda que, por causa disso, ele tenha construído muito menos que vários de seus colegas. (...) Um dos problemas que interessou particularmente a Lucio Costa foi o de verificar em que medida a arquitetura moderna poderia tirar proveito das lições da arquitetura colonial luso-brasileira. Seduzido pelo caráter perfeitamente funcional e lógico da arquitetura civil daquela época, julgou que certos procedimentos então utilizados podiam ser adaptados às construções atuais. A casa prestava-se naturalmente a esse ensaio de síntese, já que tratava-se de um programa que mantivera ao longo do tempo. Lucio Costa não hesitou em introduzir elementos tradicionais discretos em composições estritamente contemporâneas” ((NOBRE, Ana Luiza (org.), 2004. P. 15)

Crescentemente as alianças entre sua Arquitetura Moderna e o regime então vigente no país, cuja transição para o Estado Novo foi fundamental para o que encontramos nesse período aqui em destaque, foram trazendo e produzindo uma forma própria de arquitetura: construções em estilo moderno, concreto e vidro apontando aos céus, com linhas retas, simples e grandiosas.

As intenções de ambos os grupos (projetistas e governantes) eram de rompimento com os vícios do passado e promover, através da arquitetura, a casa nova para o homem novo – nova casa para novo homem, ambos livres dos antigos vícios. Tal como a semente ligada ao chão, o brasileiro também era percebido ligado ao território nacional e só uma forma de morar condizente com essa “essência” poderia proporcionar um homem harmonizado, forte e firme de si e de sua razão no mundo; e do hino nacional e todas as expressões simbólicas oficiais e doutrinárias às experiências mais íntimas e sutis na casa isso era (e ainda é) reforçado, vivenciado e significado infinitas vezes. Nesse sentido, a explicação de Gaston Bachelard sobre as aproximações entre as imagens da terra, do lar, da mãe e da família são interessantes de se observar:

Assim, uma casa onírica é uma imagem que, na lembrança e nos sonhos, se torna uma forma de proteção. Não é simples cenário onde a memória reencontra suas imagens. Ainda gostamos de viver na casa que já não existe, porque nela revivemos, muitas vezes, uma dinâmica de reconforto. Ela nos protegeu, logo, ela nos reconforta ainda. O ato de habitar reveste-se de valores inconscientes, valores inconscientes que o inconsciente não esquece. (...) Aqui a casa é o bem de família. Ela é encarregada de manter a família. (...) A volta à terra natal, o regresso à casa natal, com todo o onirismo que o dinamiza, foi caracterizado pela psicanálise clássica como uma volta à mãe. (...) Mãe e Casa, eis os dois arquétipos no mesmo verso. Basta tomar a direção dos sonhos sugeridos pelo poeta para vivenciar, nos dois movimentos, a substituição das duas imagens. (...) A poesia da casa retoma esse trabalho, reanima intimidades e recobra a grande segurança de uma filosofia do repouso. A intimidade da casa bem fechada, bem protegida, reclama naturalmente as intimidades maiores, em particular a do regaço materno, e depois a do ventre materno. (BACHELARD, 2003. P. 92-94)

O que se expressa a nós na leitura dos textos é a ideia de uma casa-raiz, casaninho, mais do que a casa-obra: ela não podia mais ser um enxerto, uma ideia vinda de fora e anexada em chão estrangeiro. Desejava-se a origem, uma ligação que fizesse com que aquilo que se construísse remetesse ao primordial brasileiro. O contexto mundial nos ajuda a entender esses desejos: o mundo ainda se recuperando da Primeira Guerra Mundial e da crise econômica culminada em 1929, a velocidade com que as coisas e lugares mudavam, a ponto de se perder o reconhecimento de antigas paisagens; cresce o barulho, a cidade, a pobreza; os

lugares parecem cada vez mais próximos graças ao rádio, aos telegramas, aos jornais e filmes. Acreditava-se em essências, em espíritos do tempo e em progresso. Onde estaria o brasileiro no meio dessas mudanças?

Podemos dizer que as disputas ocorridas objetivando a legitimidade das respostas para as questões de seu tempo, tanto aqueles mais voltados à soluções nomeadas como “modernas” quanto aqueles voltados às “tradicionais” concordavam com a necessidade de que se chegasse a maiores definições do que era a casa brasileira. Focando-se aqui nesses dois polos que se manifestaram no Rio de Janeiro e em Recife, foquemos em dois momentos: a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde e no surgimento da Liga Social Contra o Mocambo.

2.3 Lavadeiras, cozinheiras, bancários: as vilas operárias e a guerra contra o mocambo

Através da leitura de vários telegramas trocados entre os órgãos e departamentos existentes entre os anos do Estado Novo podemos delinear o tráfego de publicações que circulavam entre essas repartições⁴. Eram livros, boletins, guias, informes, revistas entre vários outros títulos que eram produzidos com o objetivo de divulgar as descobertas e realizações dos governos em diversos âmbitos. Graças a existência desses documentos podemos dizer que os artigos dos jornais pernambucanos (Folha da Manhã, Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno, entre outros) e as publicações oficiais estavam relacionadas às orientações expressas pelos Ministérios e pelo controle do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e DEIP's (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda). Um exemplo de publicação oficial corrente é o Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas: de edição anual, em dois volumes, reunia textos de arquitetos, engenheiros, médicos e políticos de várias regiões, além de traduções de textos estrangeiros que tivessem como tema os avanços urbanísticos e tecnológicos das construções, além

⁴ Para essa pesquisa foram consultados os documentos do DOPS e demais arquivos referentes ao Estado Novo presentes no Arquivo Público Estadual João Emerciano. Esse corpo documental é a base de dados da pesquisa desta dissertação, onde foram consultados mapas, fotografias, telegramas, publicações e documentos oficiais relativos à administração da cidade do Recife e de Pernambuco.

das motivações que deveriam estar no trabalho dos profissionais dessas áreas. A Secretaria de Viação e Obras Públicas teve como membros de sua equipe profissionais como o Engenheiro José Estelita (diretor dessa Secretaria) que também participaram de projetos como o Plano Definitivo de Reforma do Bairro de Santo Antônio, organizado pelo Prefeito Novaes Filho, entre outros projetos municipais e estaduais voltados a reformas urbanísticas e solução do problema dos mocambos. (PONTUAL, 2001).

Nos textos dessa publicação encontramos os discursos enaltecendo o trabalho e da tecnologia voltados ao controle das formas de se habitar e desenvolver a cidade, sendo as demolições de mocambos, casas, igrejas e ruas inteiras justificados em nome do progresso e da ordem. Tais demolições, além de uma dimensão de experiência empírica (transtornos diversos, questões sobre indenizações dos moradores e falta de verbas para continuar os projetos urbanísticos) também trouxeram para a memória e paisagem da cidade do Recife mudanças radicais, como o ocorrido na construção da Avenida Dantas Barreto (LORETTO, 2008). A demolição era a fratura entre um tempo lembrado nas construções da cidade e algo novo, irreconhecível até, que causava estranhamentos, dúvidas e ausências na cidade

Tal como nas publicações do Ministério de Saúde e Educação, que afirmavam a necessidade de se construir à golpes firmes a sociedade brasileira pela união desses dois “núcleos” de ações, o funcionamento das decisões relativas aos projetos de moradias operárias nesse departamento é significativa. Morador e moradia (tal como Bachelard nos ajuda a perceber⁵) eram unidos pelos laços das práticas habitacionais que exerciam e cuja tendência nacional e regionais era de que o governo necessitava fazer certas “correções”. O Recife, assim como demais capitais do país, eram entendidas como organismos doentes, onde essas fraturas no

⁵ “Uma espécie de atração de imagens concentra as imagens em torno da casa. Através de lembranças de todas as casas em que encontramos abrigo, além de todas as casas que sonhamos habitar, é possível isolar uma essência íntima e concreta que seja uma justificação do valor singular de todas as nossas imagens de intimidade protegida? Eis o problema central. (...) É preciso dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num “canto do mundo”. Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. (...) Todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa”. (BACHELARD, 2008. P. 22-25)

cotidiano eram necessárias para que se retirasse o que era velho, ocioso e debilitado para que se instaurasse o novo, moderno e sadio. A cidade a casa eram compreendidos como corpos, como seres vivos cujo cérebro era o Estado e os demais órgãos eram comandados por ele. Somado a isso, a partir de 1937 as delimitações entre o espaços público e privado sofreram arbitrariedades: essa identidade brasileira deveria ser posta de modo que se destacasse o patriotismo como característica dessa “brasilidade”, se sobrepondo às subjetividades e singularidades regionais e até mesmo individuais, “impondo formas políticas que deveriam veicular um padrão de cultura que expressaria a nova imagem internacional do país: tórrido, sensual, malicioso, das frutas tropicais e vestimentas de baiana”. (GOMINHO, 2007. P.92- 93)

As ruas, veias abertas por onde corriam carros e pessoas, precisavam ser limpas e abertas para que os nutrientes (a economia e produtos vindos dos portos, dos trens e demais transportes) pudessem escoar de forma devida. Nesse sentido, os mocambos e casas velhas eram as pústulas, o “câncer” da cidade que denunciavam com seu cheiro e forma as chagas da pobreza e da desordem. Seus moradores conviviam nesse ambiente contaminado, fadado a dessas casas saírem pessoas tão doentes e viciadas quanto aqueles ambientes proporcionavam. Isso significa que a insistência na transformação dos hábitos e formas de se morar tinham mais do que um sentido disciplinador, voltando os sujeitos em direção a dignidade e ao trabalho, tinham também um sentido transformador do ser através da educação e do ambiente em que viviam. Debateu-se frequentemente nas revistas de arquitetura, nos jornais e publicações oficiais sobre a influência que haveria no morador se sua casa era feita de madeira ou concreto, com ou sem vento e luz natural, “plantado” em mangue ou em chão seco. A dimensão de significados simbólicos podem ser notados, portanto, aí como tão influentes nas políticas públicas quanto as questões econômicas e políticas.

A casa é o reduto sagrado da família e suas condições influenciavam não apenas aos que ali passavam como também aos que mais frequentemente ali ficavam: as mulheres e as crianças. O ócio e o consumo de bebidas alcoólicas eram, tal como a falta de escolarização e de orientação profissional, problemas graves. A indisciplina, o adultério e toda sorte de maus costumes eram provenientes dessa má forma de se viver, sendo questionado inclusive se nesses ambientes ocorria de fato a experiência de lar. Um dos principais questionadores desse sentido foi o interventor

de Pernambuco, Agamenon Magalhães, nos seus textos diariamente publicados no jornal Folha da Manhã e transmitidos pelas ondas da rádio PRA-8, o que lhe garantia grande difusão doutrinária. Em sua ação política percebemos que o projeto e ações da Liga Social Contra o Mocambo foram a “ponta de lança” em nome do combate aos males da cidade.

Dizem os franceses que a iniciativa particular é uma fada para quem se apela e de quem muito se fala, sem que se reconheça o seu lindo rosto. Ela sempre se esconde. Em Pernambuco é o contrário. Iniciativa particular não esconde nem as faces, nem as mãos dadas. Não preciso citar episódios nem fatos da nossa história. Basta considerar o presente. A cruzada social contra os mocambos. Não houve uma iniciativa que recusasse o seu concurso. Não houve uma mão que se fechasse. (...) Sente-se por parte de todos o desejo de contribuir, de fazer qualquer esforço, de dar um pouco de paz aos que sofrem. Até as crianças procuram colaborar ou estão contentes porque os mocambos vão desaparecer. De um velho, que mora em mocambo, e construiu mais de cinco, na Gameleira, onde vive, recebi uma carta expressiva. (...) Oferece todos os seus mocambos ao governo, como solidariedade de um velho, que não pode dar mais. O fator emocional é tudo nas cruzadas sociais. (...) A iniciativa particular tem reservas e é o seu poder incalculável. (Agamenon Magalhães, Iniciativa Particular. Folha da Manhã, 01/08/39, P. 3)

Instituído oficialmente em 1939, a Liga Social Contra o Mocambo tinha o propósito de mudar a vida dos mocambeiros e trazer a ordem e a paz à cidade, tal como se afirmava – em esfera nacional – necessário ao desenvolvimento do país. A escolha dos projetos das casas operárias, tais como as avaliações de custo e a participação dos fundos da Caixa de Aposentadoria e Pensões, eram organizados dentro do Ministério de Educação e Saúde e demais repartições delimitadas. O trabalhador recifense precisava de sua casa própria ou alugada para enfim realizar sua função social à nação: desenvolver a família nuclear, em uma casa individual, separando as famílias para que desenvolvessem suas práticas de convívio e intimidade domésticas, podendo enfim ter o repouso e acolhimento que só a experiência de lar poderia oferecer (BONDUKI, 2004).

Mas o que era, afinal, a Liga Social Contra o Mocambo? Eis o que consta no Guia Social do Recife, que foi posto para circular em 1943:

O plano da Liga Social Contra o Mocambo visa, sobretudo, à reeducação social dos ex-habitantes dos miseráveis casebres erguidos na lama do mangue. Nas vilas, obras de educação e assistência têm a tarefa de reajustá-los aos padrões de vida exigidos pela dignidade humana e para o seu próprio aperfeiçoamento profissional. Se o mocambo transgride com a moral e rebaixa o espírito, a vila popular exige que as normas morais sejam observadas e que o seu morador procure adquirir a consciência do seu próprio valor e do papel que lhe cabe na vida social. (Guia Social do Recife.

Departamento de Imprensa e Propaganda de Pernambuco. Recife. 1943)

A publicação foi realizada no aniversário da Liga pelo DEIP pernambucano e foi enviado para residências dos cidadãos e gabinetes de autoridades políticas, jornalistas, empresários e demais membros da sociedade brasileira que fossem importantes para apoiar tal ação. A verba das obras da Liga vinha do governo federal e da participação de rendas particulares, incluindo doações. Como podemos observar no trecho, o ímpeto das ações se justificava pelo desejo de trazer dignidade aos miseráveis mocambeiros que, com frequência por falta de oportunidades de obter uma moradia digna, precisavam recorrer aos casebres ficados na lama e mesmo até aos preços abusivos dos aluguéis do chão e do mocambo já pronto. Era preciso acabar com isso: a Constituição Federal em vigor no Estado Novo⁶ garantia a família a proteção federal e tais linhas legais eram apenas a transcrição (segundo Getúlio Vargas) de um desejo e necessidade nacionais; sem falar no sentido cristão e médico de resgate desses corpos e almas afundados em toda sorte de vícios, superstições e maus hábitos que tinham como sede o mocambo.

O estímulo à casa própria colaborou para difundir a imagem de progresso econômico, contribuindo para a estabilidade da ordem macropolítica. Em posse dos seus moradores, as famílias pobres, em grande parte operárias nas cidades, ali se desenvolveria a constituição moral da sociedade e do bom trabalhador de modo a se tornarem avessos a desejos e práticas desviantes. “Nesse sentido, o papel da família, com sua função de reproduzir a ordem e a moral estabelecida, era essencial. (...) A associação entre família e habitação fez da questão habitacional uma pedra angular da reprodução ideológica dos valores burgueses.” (BONDUKI, 2004. P. 34)

⁶ “Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil (...) [e] atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo. Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas; Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País: (...) a família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos. (Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Caput, art. 124)

Divergindo das opiniões de autores como Gilberto Freyre, que percebiam nessa construção um pouco do elemento original da morada brasileira (ainda que a forma então vigente de se morar não fosse de fato a melhor), o que o governo expôs foi que o mocambo tem algo de originário: da desordem, da feiura, de tudo que era mal no homem e na cidade. O mocambo era a pústula de uma cidade doente, cuja cura vinha das mãos do governo com a participação do cidadão para que seja enfim “reajustado” à ordem através do seu lar. Esse era tido como fato notório e constrangedor. O Recife tinha suas margens dos rios e da malha urbana rodeado por mocambos que, desde a primeira vista mais próxima dos que navegavam para a cidade, já se denunciavam. Virgínia Pontual em seu livro sobre os processos urbanísticos no Recife nos anos de 1930 a 1950⁷ cita dados apontados por José Lira sobre a cidade: no censo de 1913 consta a existência de 16347 mocambos (43,3% das construções para residência na cidade), já em 1939 contou-se mais que o dobro – 45581, no total de 63,7% das residências recifenses. (PONTUAL, 2001. P. 33)

Além da devida participação do morador de mocambo na sociedade (um ser cristão, civilizado, apto para o trabalho digno e com sua família e lar estruturados), o elemento paisagístico da mudança desejada logo apareceria aos de dentro e de fora da cidade. Não haveria mais a visão deplorável dos casebres de zinco e palha, a denúncia da miséria e da promiscuidade que se podia ver e sentir o cheiro desde o cais. Havia na cidade esse teor paradoxal: de um lado os elementos de uma cidade moderna (prédios, luz elétrica, pontes, concreto armado, avenidas retas) e do outro as construções e pessoas que quase podiam se confundir com os caranguejos e o rio. Em outras palavras, asfalto *versus* lama, concreto *versus* palha. Essa disparidade era percebida em várias cidades brasileiras, e onde não era o mocambo o problema era o cortiço, a favela, toda forma de moradia que ao mesmo tempo se originava e reproduzia a falta de ações públicas e o crescimento demográfico nos centros urbanos que, sem estrutura alguma para tanta gente, parecia ter seus moradores entulhados numérica e visualmente em uma massa multiforme e compactada pela miséria.

O Guia da Cidade continua em suas páginas explicando quais os motivos e

⁷ PONTUAL, Virgínia. Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora da UFPE, 2001.

ações já realizados, ressaltando a colaboração que toda a sociedade recifense estava prestando para a melhoria de vida dos mocambeiros. As publicações divulgadas na cidade, produzidas aqui e por outros estados, quando falavam sobre a questão da moradia do pobre (do mocambo, do cortiço e da favela) o faziam no sentido de que era preciso criar soluções para defesa de uma classe abandonada e desprezada, sem preparo algum de civilidade ou mesmo até oportunidade anterior de mudar sua condição de vida. Entendia-se que ninguém em sã consciência iria gostar de morar em lugares assim e que todos desejam, afinal, ter um lar. Eram seus habitantes de todas as atividades: trabalhadores das indústrias, do comércio, dos transportes, empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras e também os indigentes: mendigos, ébrios, prostitutas do mais baixo nível, doentes, e todas as demais categorias também indignas.

São vários os textos que tratavam da vida dos mocambeiros em uma perspectiva vertical e quando a voz do morador surgiu nos documentos encontrados era a partir de um interlocutor (principalmente um jornalista); fora isso, esses moradores eram trazidos a partir de sua condição de renda, de trabalho, de gênero, saúde e religião mas raras vezes essas narrativas os trazem em uma “integralidade” maior do que o mocambeiro como objeto de estudo, de fetiche vindo de um certo exotismo (principalmente se negro, praticante do candomblé e/ou participante de maracatu) ou de uma massa que, vista como uma coisa só, poderia ser modelada e esculpida. A necessidade de instrução e de correção dessas pessoas para uma vida civilizada era trazida em equivalência com as questões de higiene, educação, religião e urbanismo.

Era de compreensão geral por parte de arquitetos, urbanistas, médicos, políticos, jornalistas e vários outros meios de saber-poder que havia um vínculo elementar entre a forma como se mora e o ser que ali se encontra. A casa, em sua ideia de lar, de ambiente nutriz e ninho essencial do ser, desde o local em que se encontra aos elementos que o compõem materialmente as ações dentro dele realizadas se unem na formação do corpo, mente e espírito do sujeito. Em outras palavras, as raízes diriam os frutos. Os documentos produzidos por membros da Liga Social Contra o Mocambo (incluindo-se os textos diários proferidos por Agamenon Magalhães no jornal Folha da Manhã e na PRA-8) entendiam essa relação e diante do sentido de realizar as obras segundo aquilo que percebiam como realidade social:

Foram construídas vilas com fins de assistência social para as mulheres chefes de famílias numerosas, vilas para operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência e Caixas de Aposentadoria e Pensões do Ministério do Trabalho e, finalmente, uma terceira espécie de vila, destinada aos candidatos de todas as outras atividades profissionais, incluindo-se aí as construções levadas a efeito pelas fábricas e pelas repartições estaduais, abrangendo desde o modelo operário, o contínuo, o servente, o soldado, até o operário graduado, o técnico, o funcionário de categoria, a classe média, afinal. Para a aquisição das casas das vilas, faz-se mister o preenchimento de uns tantos requisitos, entre os quais o de possuir família numerosa, ter esclarecida a situação civil e submeter-se à verificação e permanente assistência médica. Nos grupos residenciais destinados às profissões, além das exigências citadas, estabelecem-se as seguintes condições: seguir a profissão que caracteriza a vila e ter vindo do mocambo (Guia de Ação Social, sem página).

Percebe-se pelo trecho as especificações realizadas para que o morador de mocambo se tornasse, enfim, morador de uma casa decente nas vilas. O que era entendido por classe média na cidade do Recife, desde que antes mocambeira, deveria estar disposta a avaliações contínuas de sua saúde e higiene, bem como sua participação social. A transformação na paisagem ia sendo gerada: derrubando mocambos, aterrando alagados e mangues, recolhendo pedintes e mendigos aos abrigos estaduais (especialmente ao recém criado Abrigo do Cristo Redentor) e a “redistribuição” de famílias vindas das zonas rurais para regiões de usinas de açúcar, áreas de colheita diversas e fábricas da região pernambucana. Por vontade ou à força, o pobre da cidade foi deslocado para as regiões periféricas e externas do centro da cidade.

As ações da Liga eram direcionadas aqueles com menor voz e chance de defesa ou resposta contrária às práticas do poder governamental, assim como as demolições das velhas casas, igrejas, hospitais e ruas inteiras geraram dinâmicas diferentes do que já ocorrera na cidade do Recife para esses moradores e para os que, mesmo com maior renda e melhor qualidade de vida e influência social, também foram alvo de todas essas intervenções no espaço e na vida privada. Famílias inteiras, mães solteiras com seus filhos, mendigos, idosos, desempregados, funcionários de fábricas e pequenos escritórios, famílias de classe média em geral, comerciantes, diplomados, militares ou intelectuais: todos estes sujeitos foram postos à migrar pelos espaços da cidade, devendo obedecer dentro de suas novas

residências às imposições do poder do governo e da polícia. A antiga prática de *arruar* pela cidade estava com dias contados. Mario Sette, Gilberto Freyre e todos os mocambeiros contrários às imposições não tinham mais como discordar. Sette afirmara:

“Somos, no cenário de nosso nascimento e de nossa vida costumeira, quase uns estranhos, à sua história, às suas tradições, à sua poesia. O passado é um baú velho atochado de papéis amarelos que se destroem num momento azedo. Os velhos monumentos foram embora e poucos se lembram deles. Mudam-se as expressões típicas da cidade, e ninguém quase protesta. Desdenhamos não somente o passado de nossa terra, mas nosso próprio passado⁸”.

⁸ Arruar é abrir esse livro de história, folhear-se vagarosa e saborosamente os capítulos, contemplar-lhe as ilustrações, comparar-lhe aspectos e episódios, compreender-lhe o sentido através das épocas e das gentes. Hoje, já não se sabe arruar direito. Anda-se, ou melhor, corre-se pelas ruas. Os meios de transporte não favorecem esse prazer dos antigos. O automóvel e o ônibus passam rápidos, indiferentes, ignorantes. Não importa o percurso; interessa apenas o término. O rio, as árvores, o templo, a rua, a estrada, o sobrado, o tipo popular, a ponte, o nome do local, que fiquem depressa para trás. Chispa-se, voa-se. (...) Vamos por aqui, por ali, a esmo, abstratos, guiados pelo hábito, se, atentar, como devêramos, no encanto deste trecho, na claridade desta manhã, no colorido deste ocaso, na harmonia deste movimento, no feitiço deste pitoresco. Atravessamos as ruas apenas com o cuidado nos automóveis e olhamos as placas das esquinas sem outro propósito do que lhe ler os nomes. (SETTE, Mário. 1978. P. 9)

3 A MULHER E SEUS DEVERES

A mulher era percebida durante o início do século XX, tal como todas as fêmeas das espécies animais então conhecidas, com a condição de ser mãe e o exercício da maternidade vistos como algo natural ao seu corpo e instinto e mesmo aquelas que não podiam engravidar ou as “solteironas”, que por um motivo ou outro não se casaram, certamente dedicariam seus cuidados a um sobrinho, um filho adotivo, a um cão ou gato de estimação, à caridade ou outro ser desamparado que precisasse de afeto e proteção⁹; dessa maneira, parecia normal e correto que as questões domésticas ficassem a cargo de mãos femininas, especialmente no que dizia respeito à manutenção da casa (cozinhar, limpar, decorar) e daqueles que adentrassem (visitas, empregados, prestadores de serviço). A Ave Maria ensinou a todas as moças desde pequenas: “bendita és Vós entre as mulheres, bendito é o fruto do Vosso ventre, Jesus”. A Virgem Imaculada, que dera ao mundo seu filho, era o exemplo da mãe que todas as mulheres deveriam ser: castas, corretas, voltadas à família e generosas com os seus ao ponto de se esquecer e de se entregar para que os outros vivam a partir da sua vida, gerada em seu ventre e em seu coração.

A partir do contexto que se vivenciou nos anos de 1930 e 1940, com o avanço das políticas e regimes totalitários e autoritários na América e na Europa, as iniciativas em prol da saúde, educação e higiene da mulher e da vida doméstica tonam-se parte fundamental dos discursos e práticas dos governos. Sabemos que os vínculos entre a mulher e o dever da vida doméstica e da maternidade são muito antigos e mais profundos na humanidade, porém é preciso salientar que tais relações e experiências de habitar, de ser mulher e de maternidade definitivamente não foram da mesma forma para todas sequer de uma mesma época, que dirá se observamos os documentos de tempos distintos.

⁹ O amor-essência das mulheres, entendido conjuntamente como altruísmo – ou seja, a capacidade de dedicação aos outros – e como prática sexual – disciplinada no casamento heterossexual monogâmico – era o que determinada a personalidade e a especificação da solteirona. No primeiro caso, a dedicação aos parentes ou a algum amigo ‘melhora o estado d’alma’, mas não era suficiente para torná-la normal ou completa, já que se trata de um único tipo de afeto. No segundo caso, a incapacidade de amar – anti natureza – conduzia ao egoísmo completo traduzido nos cuidados com si e com os animais que, às vezes, eram vistos como substitutos da família ou dos filhos. Nesses casos, as solteironas necessitariam de ‘uma poderosa compensação ao amor sexual para não se tornarem rabugentas (primeiro caso) ou egoístas inúteis (segundo caso). (MAIA, 2011. P. 229)

Apesar dessas considerações, por outro lado, não deixa de ser inquietante a permanência de certos costumes, sobretudo de que várias vezes foram as vozes hierarquicamente superiores e masculinas que tenham ditado às mulheres formas de ser e ter, do que ler e fazer. Dententores tradicionalmente no Brasil do poder jurídico, do discurso científico, religioso e médico e da liderança familiar, o que interpretamos diante dos documentos é que da mesma forma que era dever feminino cuidar dos assuntos íntimos do lar, o dever masculino era o de conduzir essas mulheres ao bom discernimento e à obediência aos seus pais, maridos e profissionais adequados.

Mamã, mãezinha ou mainha, as publicações voltadas especialmente às mulheres e aos cuidados científicos com as crianças percebiam que elas eram sumariamente responsáveis pela saúde, bem estar e sucesso de todos aqueles que estavam sob seus cuidados – seu marido e seus filhos. Ainda que o pai entregue a filha ao seu noivo ao altar, a sogra também entregava seu filho à noiva, pois os cuidados com o que comer, vestir e fazer pertenciam a outra mulher. A família mononuclear, onde os sogros não deveriam influenciar na vida conjugal dos seus filhos, foi uma das grandes mudanças percebidas em várias cidades do Brasil e outros países, cuja dinâmica era diferente ao ponto de causar preocupações: quem cuidaria dos netos, o que fazer com as demandas da casa? A resposta vinha com as máquinas. Para as famílias de melhores condições, os avanços na tecnologia dos utensílios domésticos seguia em larga escala, podendo as madames circular pelas principais capitais brasileiras, ou mesmo até tomar conhecimento e encomendar o que desejavam, seguras de que encontrariam a batedeira, a máquina de costura ou o aspirador de pó elétricos divulgados nas suas revistas femininas – a já tradicional *Fonfon* ou a recém- chegada *Sombra*¹⁰.

3.1 o amor enquanto essência da mulher

¹⁰ A partir de levantamento realizado nos arquivos da Biblioteca Nacional, Biblioteca Estadual de Pernambuco e leitura de edições do Diário Oficial da União, destacam-se as seguintes publicações realizadas em Pernambuco entre os anos de 1937 e 1945, alguns com suspensões de circulação: Os jornais: Jornal do Comércio, Diário da Manhã, Diário de Pernambuco, Folha da Manhã e Jornal Pequeno. As revistas: Revista Médica de Pernambuco, Revista do Norte, Jazz Band, Cidade Mauricéia, Veneza Americana. Revistas de circulação Nacional produzidas em outros estados: O Malho, Fonfon, Eu Sei Tudo, Cinearte, Cena Muda, O Cruzeiro, A Careta, Sombra, A Cigarra, O Suplemento Juvenil, entre outras.

Outras novidades também chegavam às mulheres: penteados, roupas, *cocktails*, filmes, idas aos cassinos e restaurantes. Os maridos bem sucedidos podiam presentear suas damas com peles e joias cada vez mais exclusivas e sofisticadas e elas poderiam escolher sobre as reformas da casa pensando o máximo de conforto e sofisticação que a estética moderna prometiam proporcionar. A alcova e as colchas pesadas da casa materna deveriam dar lugar à praticidade e estilo ímpares que a vida de um casal que podia e desejava consumir a modernidade ao máximo. Modernidade esta que, na dimensão do consumo, da decoração e da arquitetura, já desenvolvia seu sentido enquanto experiência ¹¹ nas letras de autores europeus desde o final do século XIX, onde as preocupações com a maternidade, os filhos e a higiene substituíram as instruções sobre costura e as virtudes cristãs: “na prática, isso foi simbolizado pela inversão de papéis entre a sala de visitas e a cozinha como o centro da casa. A mudança aconteceu em ambos os lados do Atlântico nas duas primeiras décadas do século XX”. (FORTY, 2013. p. 157)

A experiência moderna da vida na casa, e da mulher sendo a “rainha do lar”, reafirmou o vínculo simbólico e social da condição feminina diretamente ligada à forma como a dona de casa geria suas responsabilidades sagradas. Ser mãe, ser esposa, ser doméstica: essas eram as atividades que ligavam, apesar do desejo de distanciamento entre o antigo e o novo, que uniam as mãos dos costumes antigos e modernos; o que as separava (e assim era desejado pelos instrutores dessa nova mulher) era sua educação, voltada para as publicações vindas dos principais países europeus e dos Estados Unidos ou que expressassem tal influência.

Em Pernambuco provavelmente não haviam assim tantas damas a usar aspiradores de pó e peles importadas: ainda que o estado fosse considerado como um dos mais desenvolvidos do país, o poder aquisitivo e a oferta de certos produtos

¹¹ “A busca da modernidade era representada como uma conquista, como resultado da capacidade de se aliar ao progresso técnico de um lado, ou de desafiar formas e conteúdos que se repetem na sociedade. Mais do que um projeto, claramente definido, de modernidade, havia representações fragmentadas, fetichização de objetos, o encanto com o novo. O moderno ganhava espaço pelo seu poder de sedução, mas pelas fantasias que alimentava, pela comodidade, pelos aspectos mais confortáveis da sua materialidade, isso estava registrado na imprensa, nas promessas dos anúncios, na fascinação pelo cinema. As referências ao antigo, às tradições, ao passado, eram sempre feitas quando se sentiam as ameaças de perda da identidade que a universalização da modernidade poderia concretizar.” (REZENDE, 1997. P. 189-190)

voltados para o vestuário e a casa não eram de expressão tal qual as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A maioria das mulheres vestiam a si e seus maridos com algodão e caroá (tecido fino, mais barato e agradável para vestir no calor recifense), comprando sapatos uma ou duas vezes no ano, juntando as economias para conseguirem comprar as roupinhas brancas dos filhos para o batismo e comunhão; as noivas, junto com as mães, avós e vizinhas juntas costurando e bordando seus enxovais e ensinando os deveres e práticas da boa esposa. Se tomássemos os textos dessa época sem certos cuidados interpretativos o que fatalmente iríamos concluir que existiram dois tipos de mulheres sempre opostas: a “antiquada” e a “moderna”, a “santa” e a “coquete”, a “do lar” e a “da rua”, a “dama” e a “operária” ou “lavadeira”, entre tantas outras classificações. O que era, diante disso tudo, ser uma mulher e mãe modernas? Era ter as novidades das lojas, agir de forma ousada, fazer faculdade e optar por não casar, ter experiências sexuais antes do casamento e, quem sabe, com outras mulheres? Era educar os filhos valorizando a ciência e não as crenças populares? As respostas podem ser várias, mas a orientação ideológica do Estado Novo nos convida a perceber uma dessas faces.

3.2 Educar e reproduzir

Entre os telegramas referentes aos jornais e livros censurados em Recife sob gerência do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) encontra-se a ordem de recolhimento do livro o *Mulher Carioca aos 22 anos*, de João de Minas, foi alvo de busca e apreensão dos mais minuciosos em todo o país devido péssimo exemplo que as experiências da jovem Angélica e da experiente Claudia¹². A burocracia para que uma publicação pudesse circular era grande, incluindo investigação policial sobre a conduta moral e situação política do sujeito que desejasse ter sua obra nas bancas e livrarias, não sendo apenas os inéditos postos à prova pelo governo, mas também os livros mais antigos, já em posse de alguns leitores e que, a partir de então, não poderiam mais estar em qualquer local de venda

¹² “Delegacia de Ordem Política e Social. Recife, 1 de dezembro de 1943. Ofício n. 1208. Ilmo. Sr. Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Levo ao vosso conhecimento, para os devidos fins, que o Serviço de Censura desta delegacia constatou não estar à venda, nas livrarias desta capital, o livro interdito pelo DIP ‘Mulher Carioca aos 22 anos’. Adianto- vos, entretanto, que a aludida obra já foi, anteriormente, vendida nesta cidade. Esta delegacia já fez sentir aos srs. Proprietários de livrarias que a obra em apreço só poderá ser vendida com prévia autorização desta delegacia. Atenciosas saudações, João Roma. Delegado respondendo pela DOPS.

ou área pública.

Obras classificadas como “ímorais”, como era a criada por João das Minas, costumavam trazer como tema o desvirtuamento de jovens em experiências sexuais fora do matrimônio, com pessoas do mesmo gênero, entre outros comportamentos reprovados. O *Mulher carioca aos 22 anos* contém não apenas as experiências sexuais e entorpecentes que Cláudia desejava proporcionar a Angélica como também as indecências de sua mãe, que tinha um caso com o melhor amigo do esposo e cujo “membro” era conhecido até na Rússia, sem falar a outros comportamentos inadequados e indecorosos para a vida pública e privada que uma mulher deveria ter. O recebimento da notícia de censura deste e de outros livros não surpreendia boa parte do meio intelectual brasileiro, que sentia desde anos antes a pressão do Estado e de seus defensores contra escritórios de jornais e editoras.

Se a experiência ilustrada por João de Minas em seu romance tanto incomodara os censores do DIP foi por perceberem que a leitura, tal como os filmes, músicas e demais veículos de comunicação presentes eram poderosos orientadores de comportamentos; esse entendimento pode ser percebido sobretudo na própria divisão do Ministério da Educação e Saúde, que através do seu Departamento de Propaganda regulava divulgação de músicas e filmes, a prática de esportes e Educação Física e transmitia as diretrizes para os programas de habitação.

Outro elemento entra em questão: a mulher só deveria iniciar suas práticas sexuais, segundo a compreensão católica, com um homem após o matrimônio e objetivando a geração de filhos e a felicidade conjugal. O escândalo que provocavam os adultérios, a gravidez de solteiras, o aborto e abandono de bebês tinham tal interpretação social diante dessa tradição religiosa que se desenvolveu mais no cotidiano que dentro das igrejas. A grande maioria da população brasileira se afirmava católica, mas outras religiões aparecem na imprensa, como o rotentantismo, o Kardecismo e o Candomblé – este alvo de sérias dúvidas, críticas e perseguições declaradas em jornais como o *Folha da Manhã* ou eram toleradas com grande esforço.

Para os grupos políticos e sociais dominantes o entendimento era semelhante ao da Igreja: a vida moderna ameaçava a maternidade e a vida feminina diante de tantas inovações de comportamento vindas de fora do país; sabia-se que práticas

sexuais não normativas eram realizadas não havia começado aqueles dias, mas tamanho fluxo de mudanças trazia o perigo de que, tal como podia ocorrer com relação às formas de se morar, também poderia acontecer às formas de ser mulher. A prática de modernidade que elas deveriam seguir (desta vez a medicina afirmando isto) deveria ocorrer no sentido do esclarecimento de superstições e abandono de costumes danosos à saúde da família, e não a vida de luxúria e anormalidade que personagens como Cláudia poderiam inspirar.

Desde a *belle époque* a vigilância aos costumes femininos precisou ser redobrada. As melindrosas com seus flertes, saindo gradualmente da clausura patriarcal dos tempos da Casa Grande, indo passear em carros – e quando chegaram os soldados americanos, durante a Segunda Guerra, em Recife, aí é que as ruas se tornaram mais encantadoras: homens tão diferentes, com elegantes uniformes, circulando pela Rua da Aurora, pela Avenida Conde da Boa Vista, conversando em inglês enquanto tomavam suas Coca-Cola e fumavam – eram como os galãs do cinema ao vivo, ali logo na saída da escola. Não apenas as mocinhas se encantavam com os estrangeiros e as modas, correndo seus riscos diante dos pais e vizinhos¹³, outros “tipos” de mulheres, pelo que recorda

¹³ Meninas, tristes meninas, de mão em mão hoje andais. Sois autênticas heroínas da guerra, sem ter rivais. Lutaste na frente interna com bravura e destemor. À vitória aliada destes o sangue do vosso amor. (...)Tínheis de quinze a vinte anos, tipos de colegiais, diante dos americanos, dos garbosos oficiais e o segundo time vasto dos fuzileiros navais prontos a entregar a vida para conseguir a paz, varrer da face do mundo regimes ditatoriais e democratizar todas as terras continentais a começar pelos sexos das meninas nacionais. (...)E os presentes? Os presentes eram vossa tentação. Coisas que causavam aqui inveja e admiração: bolsas plásticas, a blusa de alvas rendas do Havaí, bicicletas *Made in USA*, verdes óculos *Ray Ban*. Era um presente de noite e outro dado de manhã, verdadeiras maravilhas da indústria do Tio Sam. (...) Ingênuas meninas grávidas, o que é que fostes fazer? Apertai bem os vestidos pra família não saber. Que os indiscretos vizinhos vos percam também de vista. Saístes do pediatra para o ginecologista. (...) Meninas, tristes meninas, vossos dramas recordai quando eles no armistício vos disseram goodbye. Ouvireis a vida toda a ressonância do choro dos vossos filhos sem pai.” (MOTA, Mauro. Boletim Sentimental da Guerra no Recife. In: MOTA, 2015. Sem página).

Rostand Paraíso, também tinham as suas preferências e o povo em geral também tinha suas reações:

O Recife se enchia de marinheiros ingleses, de fuzileiros americanos, de marujos canadenses e neo-zelandeses e de soldados de várias nacionalidades. (...) O Recife começava agora, não mais pela sua elite mas pelo seu povão, a falar inglês. (...) As mulheres da zona começaram a preferir os seus fregueses habituais, enfeitiçadas pelos bonitos ianques e seus dólares. Isso, evidentemente, dava lugar a invejas e despeitos por parte dos recifenses que se sentiam desprezados e, apesar da confraternização, que ainda era a regra geral, surgiam, vez por outra, no bairro do Recife, brigas e trocas de socos e pontapés, e mais raramente, exibição de facas peixeiras. As próprias moças de família se sentiam atraídas pela farda e pelo físico dos gringos e não foram poucos os namoros sérios que surgiram entre jovens de nossa sociedade e americanos que, após a guerra, partiriam para a América e lá construiriam família. (PARAÍSO, 2003. P. 220-221)

Isso levava os homens a exaltações cruéis sobre seu desprezo para com a atração feminina pelos “gringos”, dizendo entre outras coisas, que isso USO significava “União das Senhorinhas Ordinárias” e que aquelas que o frequentavam eram, sem distinção, “garotas usadas”, como tal devendo ser escanteada por eles. As “garotas coca-cola” eram alvo da acidez dos homens que, sem tolerar o desprezo, as tornava alvo de ataques e rendendo assunto nas conversas (PARAÍSO, 2003). Os boatos que circulavam dentro das casas entre as senhoras, nas visitas de domingo, ou mesmo depois das missas e corredores das escolas poderiam ameaçar a reputação de qualquer mulher, não importando a idade ou estado civil.

Em situações assim, as culpadas pela degradação, além da própria menina ou mulher, eram suas mães, tias, avós e madrastas: principais responsáveis pelo zelo à moral de si mesmas e suas menores, sendo constante a vigilância e cuidados à respeito da *toilette* (como se vestir e arrumar, como escolher a maquiagem e perfume), das conversas e os gestos que iriam apresentar à sociedade – nem as crianças deveriam escapavam ao controle sobre o que vestir, falar e brincar. O sucesso profissional dos filhos e o conjugal das filhas era de dever dessas mulheres. Sendo elas damas da sociedade, poderiam aparecer nos jornais da cidade com seus vestidos de noiva de véus muito longos ao lado do sério noivo e mesmo as de menor renda poderiam conseguir melhor qualidade de vida e status entre seu meio através de um casamento com homem empregado em repartição ou escritório – melhor ainda se fosse branco. Os filhos eram extensão das mães, sua fonte de felicidade, e qualquer visão fora deste quadro era tido como “moderna demais” (vinda através de influências questionáveis) ou fruto de alguma anomalia da saúde física e mental.

A educação feminina voltada para qualificação profissional como cozinheiras e costureiras e também noções primordiais de Economia Doméstica ¹⁴estavam no projeto nacional de habitação distribuído pelos estados e que em Recife tornou-se a Liga Social Contra o Mocambo – pois através dos dados levantados nas capitais pernambucanas demonstrava que, ainda que o ideal fosse a esposa devidamente casada e sendo “do lar”, muitas precisavam trabalhar para as casas de outras famílias ou em escritórios e fábricas devido ao baixo salário de seus maridos, pais ou dependente ou mesmo até a renda que deveria se voltar para as despesas domésticas iam para os vícios (álcool e jogo), precisava ser dividido entre mais de uma residência (contexto próximo ao da bigamia) ou ainda para os prostíbulos. O índice de mulheres com educação superior era mínimo e mesmo em tais circunstâncias os rendimentos eram menores em comparação ao que os homens recebiam. As ações da Liga em torno da mulher recém chegada do mocambo buscavam sua inserção em uma nova forma de vida, mais digna e higiênica, adaptando-a aos interesses da sociedade: entregar ao operário a casa higienizada, livrá-lo da lama do mangue e não fornecer assistência social para sua adaptação e conservação no novo sistema de vida seria contraproducente. Então, por intermédio da Diretoria de Reeducação e Assistência Social da Prefeitura Municipal do Recife, o governo vem pondo em prática um plano de amparo à família operária, por meio dos Centros Educativos. Haviam em vários pontos da cidade as salas de costura do Serviço de Reeducação, destinadas ao ensino profissional das operárias que desejam aprender corte, costura, bordado e flores, as salas têm também atividade assistencial A organização das vilas e de suas aulas eram de acordo com a profissão

¹⁴ “Para que reine a paz e, por conseguinte, haja felicidade no lar, indispensável se torna seja ele governado pela dona de casa. E para que a dona de casa governe o próprio lar, é necessário que possua perfeito conhecimento da ciência doméstica. (...) A mãe de família, a boa dona de casa, na aparente modéstia de suas tarefas, cuidando da economia do lar, acalentando o filhinho, alimentando-o, ensinando-lhe as primeiras palavras, instilando-lhe na alma os bons sentimentos, defendendo-o contra os perigos materiais e morais, está realizando uma obra admirável de criação – a formação de uma criatura útil a sua Pátria e a humanidade. Companheira e amiga do homem, esposa e mãe, é a mulher o anjo tutelar da família. Toda a vida daquela sociedade depende de sua energia, de sua inteligência, de sua dedicação, que não raro atinge as raias do heroísmo. (...) Há diferença entre ciência doméstica e economia doméstica. A ciência doméstica abrange todos os problemas relativos à direção geral do lar, restringindo-se o campo da economia doméstica apenas ao trato dos bens materiais da família. (...) O conhecimento da economia doméstica é imprescindível às donas de casa. Sem ela, a mulher não poderá cumprir seus deveres de mãe de família e causará grandes males a si própria, aos seus e à sociedade. (...) A economia doméstica exige da dona de casa o espírito de previdência, de ordem, de método, de perseverança. A dona de casa deve ‘saber prever e prever para prover’. (SERRANO, 1949. P. 11, 17-19)

dos moradores e moradoras ou segundo as profissões que os mesmos deveriam aprender: na Vila das Cozinheiras, por exemplo, havia a Escola de Arte Culinária, destinada às habitantes da vila e tendo por fim a formação e aperfeiçoamento de profissionais da cozinha. (Guia Social do Recife)

É possível perceber que as desigualdades entre as funções desempenhadas por homens e mulheres, que os identificaram com a rua ou com a casa, não vieram desacompanhadas de uma valorização cultural. “O trabalho era o que de fato conferia ao marido, assim como lhe outorgava pleno direito no âmbito familiar, ao mesmo tempo que o tornava responsável, ainda que de modo formal, pela manutenção, assistência e proteção dos seus” (SEVCENKO, 1998.

p. 380). Ao ser assim considerado, o marido desempenhava função de valor positivo e dominante da sociedade conjugal. Essa crença foi de tal modo interiorizada pela família e pela sociedade que o descumprimento dessa atribuição por parte do marido era tomado pela mulher como falha, da mesma forma que fazer comentários sobre os insucessos dos marido fora dos muros estritamente conjugais poderia ser razão suficiente para explosões de violência, uma vez que quebrar o silêncio sobre o assunto colocava sobre forte ameaça a representação masculina dentro e fora de casa. “O mesmo discurso que tornou correlatos trabalho e identidade masculina concebeu a mulher circunscrita ao espaço interior da casa. A arquitetura do lar feliz aprisionou homens e mulheres dentro de uma moldura estritamente normativa” (SEVCENKO, 1998. P. 382).

3.3 Casa, comida, marido, filhos

As consequências do trabalho feminino, principalmente o das operárias, era visto como os piores possíveis para a estrutura familiar: fadiga, infertilidade, lesões físicas e desequilíbrios mentais dos mais diversos, ausência da força materna na educação dos filhos e organização da casa, etc; e sendo esse trabalho necessário, deveria ser praticado com grandes cuidados e sem comprometer seu dever materno. Os jornais dos anos 1930 e 1940, além das cartilhas e demais publicações voltadas à mulher no Recife, remetiam como “interesses femininos” as apresentações de belas cantoras do rádio, atrizes europeias e americanas que se encontravam no Rio de Janeiro ou mesmo na capital pernambucana, as novas modas, fotografias de casamentos (em destaque o vestido da noiva) e de bebês sempre de aparência saudável, receitas de bolo, sugestões de exercícios e orientações sobre alimentação infantil.

Mais do que qualquer outra publicação voltada à mulher e a família, a *Criança: revista para os pais*¹⁵ exerceu forte função informativa entre os consultórios e demais meios segundo o que foi possível notar nas referências dos textos de jornais locais, citações de nomes de pediatras e puericultores em discursos e notícias, entre outras expressões. Tendo em sua redação médicos de renome nacional e artigos científicos estrangeiros traduzidos, afirmava-se com o propósito de auxiliar às famílias sobre o dever sagrado de educar seus filhos, especialmente as mães em sua gestação e nos primeiros passos da criança. Em setembro de 1942, a matéria *de mesa e sobremesa*, da autora Maria Regina (rara presença feminina na revista) dizia:

Das nossas avós nos veio, através de nossas mães, o legado que transmitiremos às nossas filhas, unindo os elos da cadeia humana, realizando a mais bela expressão de comunhão espiritual que, sem distinção de credos, nos conduz ao Criador. Na hora presente a minha brasileira confirma a confiança que sempre mereceu, e do nordeste indômito, batido pelo vento, restado pela seca, mas surpreendendo pelo milagre de sua resistência e punjança. (...) O verdadeiro heroísmo é tecido de coisas simples, de renúncias ignoradas, de pequeninos feitos na aparência insignificantes, mas de incomensurável valor construtivo, e por mais simples

¹⁵ Com sua primeira edição distribuída em dezembro de 1937, afirmava-se como um “mensário de puericultura e vida escolar, psicologia, literatura, teatro, cinema, desenho e vida infantil” cuja equipe tinha como diretor Marcelo Garcia.

e modesta que seja, a mulher brasileira, em sua casa, cumprindo os deveres que lhe impõe sua condição de esposa, mãe e irmã, estará cooperando com o soldado brasileiro na defesa da pátria. Nos afazeres do lar, economizando e restringindo gastos inúteis, suprimindo, pela combinação e preparo inteligentes dos afazeres abundantes e dos alimentos que escasseiam no momento, sem comentários depressivos, a dona de casa é também um soldado invencível e para ela não se faz mister convocação especial; no mais íntimo do nosso coração, diante de Deus, nos convocamos todas, espontaneamente, na compreensão do nosso dever, para que possamos manter a conquista dos nossos direitos.

O cenário nacional, ao contrário das sentenças de otimismo proclamada pelos órgãos oficiais, não era dos mais calmos no país desde décadas e com o início da Segunda Guerra Mundial e a participação brasileira nos combates a situação complicou-se ainda mais. Para as mães de família as preocupações só aumentavam: as paqueras das filhas com estrangeiros (soldados ou imigrantes), o Recife podendo ser alvo dos ataques nazistas, os preços dos imóveis congelados pela Lei do Inquilinato – porém cada vez mais escassos – e, principalmente, a escassez de alimentos e combustíveis. Como cozinhar se chegava a faltar nos mercados até o carvão? E as costuras, se o caroá não bastava e o algodão ia todo para fora? A solução para tantos percalços, dizia a revista *Criança*, assim como a *Fonfon* e várias outras, estava nas noções de Economia Doméstica, higiene e pueiricultura. As dificuldades que o país passava não deveriam jamais servir de desculpa para os problemas domésticos (da fome ao divórcio) diante destes recursos intelectuais quer a família more em casa grande, quer ela more em casa operária.

O discurso médico disseminado nos consultórios e publicações era de acordo com a divisão de gêneros e prática patriarcal conhecidas pela sociedade e reforçada pelo Estado Novo. Acreditando que o território da mulher era a vida doméstica, os médicos defendiam a reabilitação do seu instinto maternal e a sua responsabilidade para com a sociedade, sua função social era indispensável para a harmonia familiar, e conseqüente manutenção da ordem social. “Simplificava-se o registro do casamento religioso; possibilitava empréstimos aos noivos, afim de que não mais retardassem ‘por dificuldades financeiras a constituição feliz de um lar’; concedia-se abono familiar para ajudar na manutenção e educação dos filhos; e, entre outros dispositivos, se assegurava o futuro e a estabilidade patrimonial dos descendentes com a regulamentação da instituição dos bens da família”. (GOMINHO, 2007. p. 138-139)

Essa perspectiva era algo nacional. Dentre os os vários temas abordados pela

revista *Criança*, tal como pelo *Jornal de Medicina de Pernambuco*, pelo *Boletim de Higiene Mental* e as compilações dos *Arquivos do Serviço de Assistência a Menores* (entre outras publicações que foram encontradas no Recife e no Rio de Janeiro), a lactação, nutrição e educação materna eram maior destaque. Concluía-se que a influência moral da mãe sobre o bebê se dava desde a amamentação, tanto pelos nutrientes que proporcionariam força e saúde quanto pelo contato entre mãe e filho, que já lhe transmitiriam amor e proteção. Triste era o destino dos que eram nutridos por leite de animais ou mesmo leite industrializado (apesar das propagandas da Nestlé, que se apresentava no mercado com produtos – incluindo leite condensado – ideais para a substituição do leite materno¹⁶) por serem essas crianças órfãs ou sofrerem por suas mães não poderem ou se recusarem a amamentar. Era realizado um verdadeiro programa sócio-educativo para que as mulheres percebessem a importância de darem aos seus filhos tal experiência.

A mulher moderna desejada, desta forma, não é a que bebe, que fuma, que veste calças, que trabalha na rua e continua solteira por opção. Menos ainda é a rebelde aos costumes, que foge do “dever” de ser mãe, que sai às ruas ao invés de nutrir um lar, ou mesmo de ter se tornado uma solteirona: em sua figura caricatural, a solteirona possuiria uma aparência física feia e velha – pelo menos mais de trinta anos -, trabalharia como professora ou teria uma boa condição econômica; seria amarga, invejosa, rancorosa, egoísta, mal-humorada, mexeriqueira e moralista; quem sabe, ainda, teria um corpo defeituoso e um passado amargo. “A solteirona foi assim uma categoria produzida para dar sentido a um tipo de mulher que escapava ao ideal dominante. Ela era a imagem em negativo da ‘verdadeira mulher’ e uma forma de combater o celibato empurrando as mulheres para o casamento pelo receio de cair no temido estereótipo”. (MAIA, 2011. P.249)

Uma mãe indolente poderia transformar seu filho em um rebelde e indisciplinado, já uma mãe rígida demais tornaria o filho tímido, retraído, mesmo até portador de doenças mentais. Recomendava-se o equilíbrio e desenvolver nos filhos hábitos diferentes dos os antepassados diziam: nada de se substituir o leite materno

¹⁶ “Para o bem do seu filho, siga o conselho do médico. Porque, nas mãos de um pediatra, os casos mais difíceis são às vezes facilmente resolvidos. Em casa, todos usam Leite Moça: o leite condensado da marca Moça não é mais do que o próprio leite fresco, o melhor fornecido pelos nossos campos pastoris, do qual foi extraída a água e adicionado açúcar da melhor qualidade. Dessa forma é grande o seu poder nutritivo, pois, graças ao processo por que é pasteurizado e condensado no vácuo, não perde nenhuma das virtudes vitamínicas do leite fresco.” (Almanaque Nestlé, 1940. P. 4)

pelo leite de cabra só por capricho feminino, menos ainda conter os filhos apenas em casa ou deixá-los o dia inteiro na rua. Suas roupas deveriam ser costuradas em panos leves, com formas práticas para que a criança pudesse correr e se mover sem atrapalhos. Sempre que possível, ao invés da agressão física e dos castigos antiquados a mãe deveria conversar e explicar o erro ao pequeno, além de não mentir para sua prole. A mulher foi, como se percebe, pressionada ao esmero do corpo (gerador do futuro bebê) através da ginástica suave e sem grandes impactos como o futebol e as artes marciais¹⁷, dos cuidados médicos e da boa alimentação, assim como evitar a fadiga e o trabalho árduo. Por ser diferente do corpo masculino, o feminino deveria ser envolvido em vários cuidados que as pressionava em direção a ideais de perfeição não só de si como do seu lar.

A mulher enquanto mãe nutriz da casa e do ser é uma imagem que se destaca nas leis, na literatura e nas publicações dessa época. Mais do que a presença paterna, é a ela que os filhos recorrem. A ausência ou incompetência do pai era uma das principais causas da rebeldia das crianças e mais grave ainda seria para os meninos, que não conheceriam os valores masculinos nem teriam quem os orientasse nas transformações físicas, mentais e sociais rumo à vida adulta. Para eles e para as meninas, por outro lado, a ausência da mãe significaria o abandono no sentido mais denso da experiência, a ausência do calor e do amor nutridores do ser humano, daquela pessoa que, antes do que qualquer outra, poderia intervir em sua defesa e proteger de todo mal. Pobres coitadas, crianças sem mãe. Pobres coitadas também eram as crianças criadas por outros na ausência da mãe que saía para trabalhar ou que ia com ela pelas ruas para procurar clientes, ajudar a carregar e lavar as roupas, passar recados e outras funções dadas aos pequenos.

Entendia-se que a criança precisava viver sua infância, mesmo diante dos horrores da miséria. Precisava da sua figura materna (mãe, madrinha, irmã de orfanato, professora) para ter seus vínculos de proteção de abrigo desenvolvidos – mãe e lar como sinônimos. A interferência do Estado e de tantos outros grupos nas formas de comer, dormir, se relacionar, parir e educar sobre a mulher se justificavam pela percepção de que seu dever social era o de trazer à nação crianças fortes e

¹⁷ “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (Decreto-lei nº 319 de 14 de abril de 1911, artigo 54)

saudáveis, meninas aptas a maternidade e meninos potencialmente viris e íntegros para garantir o progresso do povo brasileiro.

4 O HOMEM E AS SUAS FUNÇÕES

Ensinado desde pequeno, o menino deveria crescer sabendo bem quais são suas responsabilidades: prover a si e à sua família com o mínimo de ajuda dos outros, mandar em sua esposa e filhos, trazer-lhes os confortos e o que viessem a necessitar durante suas vidas. Deveria saber também ser homem: não ser de fofocas, andar firme e reto, ser cavalheiro, saber beber, brigar, conversar – uma série de práticas que o distinguissem firmemente das “coisas de mulher”, senão correria o risco de ser percebido como um afeminado. Mesmo os mais vaidosos sabiam bem quais os limites entre os cuidados no corpo que um homem e uma mulher deveriam ter.

O futebol estava frequentemente nas conversas. Apostas e mesmo discussões acaloradas se geravam nos principais pontos do centro do Recife para saber quem era o melhor e quem iria ganhar o campeonato, entre tantas outras discussões regadas à café e cachaça: os rumos da política, a situação da guerra (iria o Brasil se aliar a algum país? Iriam os Estados Unidos querer soldados brasileiros? Quando esses gringos vão embora?) e mulheres: as beldades do cinema, as moças da rua, as noivas, as primas... Sentimentos e ideias eram expostos em nome de uma camaradagem masculina, evitando o toque ou o despertar de sentimentos lamuriantes (exceto quando ébrio, aí bem se compreendia). Quando próximo do carnaval, os homens e rapazes se organizavam para a produção dos blocos, as competições de marchinhas, as provocações que iriam realizar; outro polo de convívio masculino eram as escolas e faculdades: se formar em boas instituições e criar o quanto antes laços de amizade, tanto pela estima quanto pelo sobrenome, eram os meios mais seguros de se chegar ao sucesso (PARÁISO, 2003).

O homem, diferente da mulher, deveria se concentrar na sua carreira profissional com afinco. Ser trabalhador, honesto, disciplinado e comprometido com seu local de trabalho e com seu dever para com a nação. Se fosse bem sucedido nessas iniciativas, eis aí um bom partido: os noivados geralmente seguiam-se ou entre rapazes e moças que se conheciam desde pequenos, entre famílias amigas, ou entre homem com já certa estabilidade financeira e moças

mais novas. Quer fossem sujeitos de posse ou humildes operários das fábricas, o homem que pretendesse casar deveria mostrar que tem condições de prover sua família a ponto de deixar sua futura esposa tranquila nas atividades domésticas. A mulher era para casa, o homem para rua. Dos assuntos domésticos, pouco sabia além das contas a pagar e dos seus espaços “particulares”: tendo um automóvel, a garagem costumava ser o principal espaço de ocupação na casa, ou mesmo até uma oficina onde realizaria práticas de marcenaria e afins; sendo um homem mais culto, seu escritório e biblioteca, onde lia seus livros e jornais enquanto fumava um pouco e se isolava por alguns momentos da agitação infantil. Sentava-se à mesa, programava as saídas dominicais com a família (parque? Cinema? Uma pequena viagem de bonde à Boa Viagem ou ir à praia de Olinda, mais acessível naquela época? O que iremos vestir¹⁸?).

Roupas, objetos de *toilette*, sapatos e demais objetos de uso pessoal podiam ser comprados pelos homens, porém geralmente o cuidado com essas questões no ambiente doméstico ficava sob a responsabilidade feminina. Fora de casa, os homens solteiros ou casados tinham em comum as idas ao alfaiate, ao engraxate e ao barbeiro, ainda que se diferenciavam quanto às posses e profissões (e, portanto, quanto à frequência dessas idas). A confecção de roupas masculinas nas alfaiatarias e do barbear frequente (barba era coisa de gente velha ou desleixada, em ambos sinais de má higiene) nos mostram que os lugares externos à casa convividos por

¹⁸ “Entre o final da década de 1920 e início dos anos 1930, as mudanças no modo de vivenciar a beira mar ficavam mais visíveis, generalizadas e passavam a acontecer em ritmo mais acelerado. (...) Toda a efervescência observada no ambiente das praias, as transformações por que passavam os comportamentos, valores morais e estéticos, atitudes e gestos, formas de sociabilidade e de relacionamento entre os sexos, que se evidenciavam naquele espaço público, sobretudo no decorrer da década de 1930, provocaram reações contrárias ao que acontecia. Reações isoladas ou grupais, institucionalmente organizadas. Em 1939, quando vigorava o regime autoritário do Estado Novo – que buscava fortalecer suas bases políticas e ampliar os meios de penetração entre as classes, as subalternas principalmente, na aliança com a Igreja Católica, entre outras -, foi lançado, no Recife, um movimento intitulado ‘Campanha Pró-Decência das Praias’. O movimento inspirava-se em uma linha mais conservadora do catolicismo, contando com o apoio e a participação de membros da Igreja e grupos de moças e senhoras católicas e de alguns pais de famílias, como os senhores Rui Bello e Sezenando Silveira, que se consideravam como verdadeiramente católicos. A Campanha era presidida por Maria José Baltar, membro da Juventude Feminina Católica, e tinha por orientador o monsenhor Ambrozino Leitem vigário geral da arquidiocese de Olinda e Recife, designado para assumir a função pelo bispo dom Miguel Valverde. Dentre os grupos católicos que haviam aderido à Campanha desde o começo, estavam as Mães Cristãs, as Noelistas e as Filhas de Maria. Ao fim da primeira reunião, foi pedido à assembleia que pronunciasse o seguinte compromisso: ‘usar um maillot segundo as medidas do modelo Normna; usá-lo somente para banho; fazer propaganda da campanha’”. (ARAÚJO, 2007. P. 404, 421).

homens e mulheres na cidade acabavam por gerar práticas de “redutos”, sendo os bares ainda de convivência predominantemente masculina e sendo muitas vezes totalmente fora do seu conhecimento os locais de compra das necessidades pessoais femininas. No geral, o contato entre homens e mulheres de forma bem vista pela sociedade se dava nas festas, nos bailes, nas igrejas e mesmo no *footing* pela Rua da Aurora, com códigos de paquera e conduta que precisavam ser dominados. Ainda que nos filmes aparecessem europeias e americanas ousadas e homens “praticamente nus” (o filme Tarzan foi de grande sucesso e alvo de críticas quanto a sua “indecência”), as moças e rapazes de respeito não deveriam repetir boa parte daqueles comportamentos.

Quer os casais tenham se conhecido em passeios, igrejas, escolas, fábricas ou escritórios, algumas coisas precisavam estar bem claras – tão claras que nem precisavam ser sempre ditas. Os modos de ser homem e mulher era aprendidos não só em “conversas de pai para filho”, eles também se davam pelo aprendizado dos gestos, pela percepção que os meninos e meninas teriam de quais são seus papéis já dentro de casa através da experiência de lar que eles experimentavam.

4.1 Questões de honra

Ainda que durante sua juventude Getúlio Vargas não tenha sido um grande católico (ao contrário de sua esposa), a partir da década de 1930 sua filha Alzira percebera as mudanças no comportamento do pai (PEIXOTO, 1960). Somada a sua mudança religiosa, desde o início do seu governo nos anos 1930 ele sabia bem da influência que a Igreja exercia na sociedade, achando-a de importância fundamental e, no Estado Novo, o que percebemos no panorama tanto jurídico quanto cultural é o reforço do enlace entre religião e política, estando juntos na base ideológica do regime em foco a dimensão militar. Com fé, trabalho e disciplina o homem brasileiro poderia finalmente gerar a família que o país precisava para cumprir seu grandioso destino.

Assim como a anulação do direito de divórcio, a instituição da pena de morte para criminosos contra a pátria e o combate intenso contra a malandragem

e o comunismo instituindo-se penas severas fizeram parte da iniciativa de se “esculpir” a duras golpes o novo homem afirmado pelos inúmeros discursos e correspondências produzidos na época. A presença militar e reforço de seus valores através do incentivo ao escoteirismo e à participação das Forças Armadas (especialmente para instigar os jovens à irem à Guerra, em 1942) colaboraram para a expansão da ideia identidade masculina ligadas à virilidade e à guerra.

Esse homem brasileiro (preferencialmente branco), desde pequeno, seria educado por seus pais sobre as virtudes do pensamento racional, estudaria e se formaria profissionalmente, cuidaria de seu corpo e sua alma com a mesma dedicação e, além disso tudo, cumpriria com seu dever civil de gerar filhos à pátria. O Brasil, dizia frequentemente Agamenon Magalhães em seus textos para o *Folha da Manhã*, era grande demais e precisava ser povoado e colonizado nos sertões e matas fechadas. O governo cuidaria (e pressionaria) para que as famílias do campo ficassem em suas terras natais, evitando que as capitais se enchessem mais do que já estavam. Ideologicamente, tudo seria assim, bem regido, centralizado e vigiado.

Eram espalhados em escolas e bibliotecas folhetos e cartilhas verde- amarelas repletas de mensagens ufanistas. Biografias devidamente autorizadas, algumas inclusive distribuídas, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda destinadas principalmente para o público infante-juvenil eram produzidas em larga escala; sem falar nos concursos de desenhos, poesia, música e demais expressões artísticas que exaltassem a figura do “chefe da nação”. Trazia-se, assim a retórica do engrandecimento pessoal, em que “ a valorização do trabalho e da capacidade produtiva seriam, em tese, os princípios ordenadores de um sistema que prometeria atuar, sem reservas, na promoção da cultura moral e cívica da pátria”. (NETO, 2013. P. 326-327)

A imagem de Getúlio Vargas foi difundida em todo país como exemplo de liderança e caráter e seus interventores deveriam assim também ser. Em Pernambuco, Agamenon Magalhães aparecia nos jornais (exceto por raras críticas advertidas por telegrama de que não mais ocorressem) como um homem trabalhador, católico e fiel à causa do novo regime. Nesta forma de governo, centrada nas imagens pessoais dos governantes, o desejo oficial era de que os

homens e mulheres do país se espelhassem neles. As primeiras damas eram sempre encontradas vestindo-se com elegância e discrição, atarefadas no trabalho da caridade e assistência aos pobres. Tal como eles, o povo também deveria ser: vasta prole, filhos sadios, zelo pela ordem e higiene, sobriedade e monogamia. Traição, defloramento, atentado violento ao pudor e vadiagem, entre outros comportamentos, tornaram-se crimes a partir do Código Penal de 1940.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art.180 da Constituição, decreta a seguinte Lei: (..) Art. 240. A mulher casada, que cometer adultério, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a três anos. A mesma pena se imporá neste caso ao adúltero. Art. 251. O homem casado, que tiver concubina, teúda, e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente. Art. 252. A acusação deste crime não será permitida á pessoa, que não seja marido, ou mulher; e estes mesmos não terão direito de acusar, se em algum tempo tiverem consentido no adultério. Art. 253. A acusação por adultério deverá ser intentada conjuntamente contra a mulher, e o homem, com quem ela tiver cometido o crime, se for vivo; e um não poderá ser condenado sem o outro. (Código Penal Brasileiro, 1940. Sessão III: dos crimes contra a segurança do estado civil e doméstico)

Percebe-se que, pela letra da lei, a mulher poderia acusar judicialmente o marido caso ele estabelecesse relações sexuais e amorosas com outras mulheres apenas se fosse algo de maior prazo. As leis da época também garantiam direito à herança para os filhos bastardos e outras soluções legais para a diversidade de questões familiares que surgiam, percebendo a teoria jurídica da época, assim como era de costume na sociedade, que a mulher seria principal responsável se cometesse adultério caso o homem que a abordasse não a forçasse. Em caso de jovem virgem, o homem que tentasse “desonra-la” estaria cometendo crime de sedução (Código Penal Brasileiro, 1940, artigo 127: “seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”).

Ainda que uma série de instrumentos jurídicos tenham sido postos à população, as questões de adultério, bigamia, abandono do lar, sodomia, vadiagem, entre tantas outros comportamentos indecorosos da família brasileira pareciam difíceis de se sanar, inclusive podendo chegar ao gabinete do interventor de Pernambuco e do presidente. Caso assim foi o da Leopoldina Bezerra de Sá e seu esposo, Julio Gomes de Lima e Sá. Leopoldina acusou o marido, coletor estadual trabalhando na cidade pernambucana de Bom Conselho, de abandono do lar, deixando-a sem dinheiro algum e necessitando morar com parentes, fora a vergonha

e humilhação de ser vista pela sociedade como “desquitada”. Em carta encaminhada à interventoria de Pernambuco, que por sua vez foi encaminhada ao chefe de gabinete do Ministério da Justiça, finalmente ao gabinete presidencial, Julio se defende:

Li e reli atentamente a carta de Leopoldina Bezerra, dirigida ao eminente Chefe da Nação Brasileira, pedindo mesada. Apesar do decreto criado pelo Exmo. Sr. Dr. Presidente da República, de amparo à família, julgo-me não estar atingido por ele de vez que não fui eu quem praticou o abandono do lar e sim ela. Quanto ao pedido que ela faz, não tem procedência, pelos motivos que passo a expor: a mulher que comete o terrível crime do adultério, afrontando Deus e a sociedade a qual pertence, não é digna de amparo ou proteção por parte dos altos poderes do país e muito menos do seu esposo, a quem cobriu o opróbio e a vergonha desonrando-o com o adultério, por cujo crime ela deveria ser punida. Conforme as lamúrias dessa mulher infame, se na realidade é uma arrependida dos crimes que praticou, em todos os estados existe m estabelecimentos próprios para tais mulheres. Era esse o caminho que ela deveria seguir e não continuar a perturbar a paz de um homem de mais de cinquenta anos, que nunca viu na sua frente o lábio da desonra. E no caso em foco não me passa pela mente que os ilustres diretores da minha grande pátria obriguem-me a dar pensão a uma mulher que nem mesmo em sonho quero ouvir falar ou pronunciar seu maldito nome. Tenho vergonha de ver-me envolvido em um caso como este (que guardava em profundo silêncio) perante aqueles que em tão boa hora dirigem os destinos do meu país que tanto amo e quero. E se hoje não sou recluso às grades de um cárcere é porque a Justiça Divina acudiu-me em pensamento que eclipsou todos os outros e cobriu tudo com a sua entorpecedora tranquilidade, fugindo a este círculo maldito de não os ter pegado na flagrância ou prática desse crime. (...) Concluo, meu ilustre Chefe, esperando um veredito que venha assegurar-me uma paz tranquilizadora e não ser mais perturbado por tão detestável mulher. (Arquivo Público Nacional, documento número 35020)

Não sabemos o resultado judicial da denúncia e das acusações das partes, mas é interessante notar como homens e mulheres dirigiam-se ao “chefe da nação, ao patrão, ao paizinho” para que lhes ajudasse nos problemas financeiros e conjugais, estando ele previstos juridicamente (como a pena para o crime de adultério ou, como dito em outras cartas encontradas, auxílio mensal destinado às famílias pobres e numerosas).

4.2 Quando o homem não pode falhar

Como no caso afirmado por Julio, era recorrente que viesse à cabeça dos homens traídos o desejo, visto mesmo até como instinto, de vingar a honra. As violências cometidas contra as esposas e filhos vez ou outra iam à polícia e aos jornais, porém com frequência eram silenciados na casa por questões de honra. Era

um verdadeiro escândalo e ruína ver-se alvo de fofocas e comentários, ter o nome denunciado na notas policiais ou ainda precisar apresentar-se juridicamente para resolver questões domésticas. O homem que demonstrasse precisar dessas medidas expressava assim sua fraqueza, sua falta de dominância e controle sobre os seus dependentes. Honra e virilidade eram postos como sinônimos.

A anulação do casamento para o homem não era tão vexatória quanto para a mulher (visto a ideia geral de que de alguma forma era ela a culpada), tal como a viuvez. Os homens e mulheres viúvos eram estimulados a encontrarem novos cônjuges um tempo depois do período de luto pelo bem dos seus filhos e deles mesmos e, se ainda fossem jovens, poderiam ter novos bebês ou mesmo adotar alguns. A potência sexual masculina também era posta em questão caso o homem se mantivesse solteiro por muito tempo e quanto maior seu sucesso com as mulheres, maior sua “macheza”. Era preciso ser discreto e ao mesmo tempo deixar à mostra as conquistas amorosas para os colegas e amigos, para que não se tivesse dúvida quanto suas escolhas sexuais. Pior do que ser traído era ser homossexual.

Desse modo, os homens mais velhos tinham lá suas dúvidas quanto a “macheza” dos seus filhos e netos devido aos novos costumes que eles adquiriam vendo os filmes, indo à faculdade entre outros círculos sociais. Andar pelas ruas do Recife e ver certos homens mais preocupados com a roupa e o cabelo do que certas damas fazia alguns concluir que, enfim, o mundo estava perdido: só faltava que eles usassem saias. A referência de masculinidade do fim do século XIX para começo do século XX se distanciava cada vez mais do que se trazia para aqueles finais dos anos 1930 e começo dos 1940: barba limpa, brilhantina, sapatos muito lustrosos, pele mais macia, gestos menos brutos. A modernidade nos corpos masculinos, sendo vista por esta perspectiva, se assemelhava à perda de referências sobre as formas de se morar, cozinhar e trabalhar. O estranhamento era ainda mais severo nos casos das famílias vindas de interior que chegavam à capital. As fissuras entre, como dizia Gilberto Freyre, os tempos da Casa Grande e da senzala, dos sobrados e dos mocambos - tal como de seus moradores, senhorinhas e senhores transformados em bacharéis e operárias, dentre outros tipos – se tornava cada vez mais forte.

A modernização vinha acabando com o encanto e os mistérios da natureza. Havia uma separação crescente entre a terra e o homem,

o corpo da terra se desterritorializava, morria separado do corpo do homem. (...) Acabou-se o sertão. Agora – suave passeio para qualquer mocinho da cidade; antigamente áspera empresa para o homem forte que investia por este mundo adentro, bacamerte de um lado, um par de pistolas de espoletão no arção da sela e faca de ponta no cinturão das calças. Acabou o perigo. Um velho que andava no bonde e já estava no quinto espirro, resfriado pelo deslocamento de ar provocado pelo veículo, assim refletia: ' que vale a vida sem uma emoção? A vida fácil, banal, suave, harmoniosa, invariável é monótona. A emoção é tudo. A cidade acabava com tudo isso, era lugar em que qualquer mocinho, sem a coragem, a bravura e a virilidade de seus antepassados podia prosperar'" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013. P. 98).

As aventuras dos homens da cidade eram outras, menos viris fisicamente porém ainda de preocupação posta exclusivamente ao seu gênero: conseguir um bom trabalho, destacar-se socialmente, educar-se e conseguir galgar melhores posições sociais. Porém, os filmes e histórias em quadrinhos com seus heróis, tal como as notícias preocupantes e mesmo até inacreditáveis sobre o que vinha acontecendo no mundo atiçavam os homens e meninos a prestarem atenção nas armas e batalhas, aos carros, aos movimentos que geravam feitos extraordinários. A sociedade recifense acompanhou ansiosa e atenta tais novidades, sendo a partir da década de 1940 mais recorrente nos jornais o estímulo para que a população auxiliasse nos esforços de guerra com doações de joias e dinheiro, com o trabalho feminino feito em casa ou coletivamente em associações (corte e costura, por exemplo) destinados aos soldados.

Os homens da capital pernambucana tinham como referência seus antepassados, cangaceiros como Lampião, as figuras de grandes empresários, de advogados e de políticos como Getúlio Vargas. Dos mais pobres aos mais ricos, eram cobrados quanto aos seus deveres de fornecer às suas famílias conforto e segurança materiais e morais de modo que suas esposas e filhas não precisassem trabalhar para sustentar a casa. Era preciso que, desde criança, eles mostrassem à sociedade sua energia e disposição para trabalhar e conquistar mulheres, dinheiro e poder, ainda que às vezes cometesse crimes: "o furar o outro com o punhal o a faca, ao se assemelhar a uma atitude de virilidade e dominação, substituiria, talvez, o 'falo'. A faca fazia o estrago no outro (...) expondo a vulnerabilidade de um corpo masculino derrotado, furado) (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 223).

Tão importante quanto conquistar era demonstrar a mesma. Apesar dos

esforços governamentais para transformar malandros e arruaceiros em trabalhadores, livrando-se do álcool e dos excessos, seguiram por todo o período do Estado Novo diversos artigos nos jornais denunciando atos hediondos cometidos contra mulheres e justificados como em defesa de suas honras: degolamentos, estrangulamentos, facadas, tiros. O estupro em ambiente conjugal não era compreendido como tal e as mulheres que sofriam tal violência com frequência silenciavam-se senão por temerem por suas vidas e reputação era temendo a vingança que poderia ocorrer. Fora isso, as “puladas de cerca” e o “apetite insaciável” dos homens por mulheres fora do lar eram dolorosamente aceitos como parte de sua virilidade e natureza masculina, sendo alvo de críticas por parte do discurso do Estado mas, por outro lado, silenciosamente aceito pelos mesmos.

4.3 De meninos a homens

Fez parte das práticas de controle do governo a produção de dados e estatísticas sobre aspectos sociais, econômicos e geográficos das cidades brasileiras. Em Pernambuco tivemos o *Boletim de Estatística* que traz a compilação de alguns dados interessantes sobre o Recife dos anos do Estado Novo. Em 1940, foram computadas na cidade a população de aproximadamente 25 mil pessoas, gerando uma grande densidade populacional. A cidade nunca estivera tão lotada: a promessa de uma vida melhor na capital trazia famílias do interior e de outras cidades para o Recife, chegando-se ao ponto do governo de Agamenon Magalhães forçar a volta desses migrantes para seus locais de origem (BERNARDES, 1996). Fora isso, também é de se notar o aumento das taxas de natalidade: segundo as estatísticas presentes no *Boletim*, no ano de 1938 a cidade teve um total de 5059 recém nascidos (maioria meninos) e o de casamentos em 1940 foi bem maior do que em 1938 (antes somando-se 1936 e dois anos depois, 2484).

Parecia que as ações do Estado estavam surtindo efeito no esforço de ordenar a vida doméstica, concluíam os governantes em suas paralelizações transmitidas por telegramas e cartas. . O aumento do número de casamentos derivava principalmente das ações incentivadoras dos governos e também da Liga Social Contra o Mocambo, pois para que os grupos familiares pudessem se cadastrar no financiamento da casa própria precisavam ter sua certidão de casamento.

Porém, outros números ainda precisavam melhorar. O óbito de crianças de 0 a 1 ano era de 2600 no ano de 1940, dentre as 8717 pessoas que morreram em Recife. A mortalidade infantil, especialmente dos bebês, era consequência (segundo a opinião de médicos e políticos) da miséria, da ausência de higiene e de cuidados adequados, sendo as mães sofredoras dessas grandes perdas que poderiam em vários casos serem evitadas se seus maridos fossem mais presentes. Nos jornais que circulavam na cidade durante o Estado Novo as notas policiais e as denúncias iam de acordo com as conversas entre vizinhos: ai da mulher que tivesse homem dado ao jogo e à cachaça. Quando não morriam de cirrose ou por uma briga de facas, haveriam de dar trabalho às suas pobres mulheres e vergonha à sua prole. Quando não isso, as doenças decorrentes do trabalho e da falta de cuidados devidos com a saúde era grande causa de mortalidade. No geral, a doença que mais matava em Recife era a tuberculose (entre 1500 a 2000 por ano), entendida como consequência direta das casas insalubres dos mocambos e demais de má construção e, assim como a sífilis (média de 250 mortes por ano), podia ser também desenvolvida pelos costumes maléficis da vida noturna.

Contra este homem boêmio, boa vida e malandro era preciso que as famílias tivessem como exemplo o seu oposto: o militar sério e comprometido com o desenvolvimento da pátria, o empresário bem sucedido e com os olhos focados no progresso ou mesmo o operário trabalhador que devota seus esforços para garantir o sustento da família. Homens que não se escoravam no trabalho feminino, que tivessem o comando do lar e que fizessem jus ao status de pai e marido, contendo estes homens no seio do lar e evitando o abandono de seus deveres. Pelo que podemos perceber, a ausência dos maridos e pais do ambiente doméstico podiam se dar devido ao trabalho (civil e militar), por “questões de honra” (para não conviver com a mulher adúltera) e por motivos menos nobres: troca de companheira, vícios e outras razões – estas entendidas como males urbanos tão danosos quanto os mocambos. A mulher quando cometia a alienação parental era devido a uma “aberração da natureza”, por uma doença que comprometesse sua compreensão ou outro fator desviante que poderiam indicar inclusive a necessidade de cuidados médicos-psiquiátricos. Já esse pai ausente não era percebido da mesma forma; possivelmente sua fuga da esposa e dos filhos se dera por um desvio moral fruto de más influências, dos camaradas de bebida e *cabaret*, por uma outra mulher tê-lo

seduzido (e aí poderia a esposa também ser culpada) ou como fuga momentânea das tensões da vida moderna, que exigia demais dos homens. Contra isso, haviam as diversões públicas nos parques e praças (até mesmo uma praia poderia cair bem), a orientação do padre para lembrar aos maridos de manterem-se no caminho de Deus, a abstinência do álcool e ainda os medicamentos:

“Isto é um inferno! Este menino não cala a boca?!”. Calma, meu amigo. Não se desespere por tão pouco; o choro dos bebês faz parte da harmonia do lar. Sua senhora também tem ouvidos e, contudo, não se enfurece com o “berreiro”. Mas explica-se: ela tem os nervos em estado normal; o senhor, talvez por excesso de trabalho e preocupações, tem o sistema nervoso descontrolado. Mas não importa! Faça uso de Adalina e verá como tudo muda, como por encanto. Achará até graça nas manhas do seu petiz. (Anúncio “Adalina, calmante dos nervos, suave e inofensivo”. *Criança: revista para os pais*, março de 1938).

Uma das habilidades que o pai precisava, portanto, era a paciência. Pelo convívio materno o menino aprenderia sobre o amor e acolhimento, mas viria do pai as noções de disciplina e proteção contra os perigos, era seu dever trazer ao ambiente doméstico a segurança financeira, emocional e moral. Se o lar, como nos lembra Bachelar, se desenvolve no ser a partir de imagens ligadas ao feminino (o ventre, o seio, o berço), a casa enquanto estrutura e dimensão material vem da solidez das imagens ligadas ao masculino (ação, força, trabalho, defesa). As meninas aprendiam com as mães como serem mulheres e os meninos, com os pais, precisando a família de ambas as figuras para que estas crianças fossem felizes e prósperas. As diferenças entre meninos e meninas era experimentada quanto aos ensinamentos que os pais e mães proporcionariam aos seus pequenos, das formas de se vestir, de se educar e de brincar com eles. Os brinquedos dos meninos por opção “natural” dos mesmos deveriam ser dados pelos pais para que eles desenvolvessem sua criatividade, os movimentos corporais e a inteligência para solucionar problemas (diferente das meninas, cujo principal brinquedo – a boneca – promoveria o desenvolvimento de noções mais voltadas à experiência materna e familiar). As falhas na educação infantil teriam as piores consequências à família e ao Estado: a continuação dos maus costumes e vícios, com lares instáveis e abandono infantil. Nas compilações dos *Arquivos de assistência a menores* eram divulgados textos de cunho científico-jurídico argumentando sobre os perigos da ausência do homem na casa para o desenvolvimento infantil. O resultado de tantos ébrios e órfãos pelas

idades do país era a cena trágica que se encontrava nos orfanatos, nos tribunais e nas ruas. Meninos e meninas perdidos na vida, precisando trabalhar e abandonar os estudos, sem alimentação e assistência adequadas, expondo-se às malícias da vida nociva das ruas.

O marido que não cumpria com seu dever no lar obrigava a esposa a ausentar-se e deixar os pequenos sob cuidados muitas vezes duvidosos, passando os dias aos berros contra a fome, a carência e as doenças. Cresceria com tendência a ser um “gatuno” ou outro tipo de arrumador de problemas. Este homem criminoso acabaria por transmitir aos seus filhos essas nocividades nos atributos físicos, morais e psicológicos. Podendo o Estado intervir neste ciclo de negligências, geralmente já recebiam o menor com seu caráter deturpado e precisando a Criminologia (segundo os princípios de Lombroso) juntar-se à assistência social:

Está demonstrado que os fatores econômicos carecem da significação que se lhes atribuía. A pobreza, a mendicância, a densidade exagerada de população em bairros determinados, a falta de divertimentos, embora potenciem uma criminalidade latente, são fatores relativos. Entre os menores delinquentes tanto se encontram os que procedes de famílias pobres como os de pais abastados ou ricos. (...) Quanto aos últimos não se pode desprezar a influência exercida pela criadagem, tantas vezes, prejudicial. Não se diminui a influência das condições familiares e escolares ; (...) essas dizem respeito ao estado moral, à orfandade unilateral ou dupla, à separação ou ausência de um dos pais. O mesmo se dirá dos conflitos sociais que como os familiares e os escolares, se constituem cedo. (...) Os fatores familiares mais importantes seriam: as relações com a família, a ordem de nascimento, passado criminal, número de irmãos, sexo, raça e condições de natalidade. (Arquivos de Assistência aos Menores, 1941. P. 58)

As especulações gerais da Criminologia somavam-se ao entendimento geral de que o menino pobre, negro e de baixa escolaridade seria um criminoso em potencial. Avaliações médico-legais como a craniometria, o histórico familiar e a medição do QI auxiliavam, segundo o discurso dos oficiais de justiça, assistência social e polícia, a sanar ou lidar com o menor quando recebido pelas instituições para que não se tornasse um infrator e, já o sendo, como recuperá-lo. O lar instável, as más influências e a diversão sem vigilância nas ruas, pelo que se notava, com frequência estavam na vida do menor infrator tal como distúrbios emocionais ou mesmo até a debilidade mental. Os sentimentos do homem adulto eram entendidos como resultado das experiências proporcionadas a ele tal como das suas características físicas e psíquicas. Com o desenvolvimento institucional dessa contenção e educação dos meninos e homens infratores, entendia-se que todo ser

apresentava uma hierarquia de influências internas e externas que levariam à dignidade ou ao crime.

Percebia-se que o menor infrator tinha o pai ou as figuras paternas com as quais se apegasse como referências aos seus atos. Fora isso, havia também elementos inatos. A ciência criminológica concordava com a puericultura sobre a o que formava uma má criança e um mau homem. Em primeiro lugar, a família, a sociedade e o Estado deveriam compreender sobre as características hereditárias ou adquiridas pela criança desde seus primeiros dias onde viria a morar: ele poderia ser um sujeito não adaptado às expectativas e estímulos familiares, sofrer privações e doenças que comprometessem seu desenvolvimento motor, mental e cognitivo, além da degradação proporcionada pela miséria.

Depois disso, surgiriam após os três primeiros anos de vida os impulsos para que ele pudesse se satisfazer das ausências vivenciadas: as teimosias, as birras e a desobediência já seriam sinais de alerta para a necessidade de mudanças no lar, já que o menino ou a menina estariam logo depois a disputar com seus irmãos por brinquedos e atenções, tornando-se egoísta, teimoso, rebelde, entre outros defeitos. A criança começaria a expressar suas ideias antissociais, substanciando-as através de gestos que, através do hábito, se desenvolveriam ao ponto da delinquência. E sobre a responsabilidade desse jovem infrator existir, a sociedade não deixaria de questionar: quem são os pais?

Tal dinâmica de elementos formadores do jovem e do homem infrator trazidos pelo discurso médico-jurídico tornam-se interessantes de serem observados na medida em que a estrutura política do Estado Novo tinha em sua dinâmica a circulação desses textos (estudos, ensaios, entre outros estilos) entre os departamentos e gabinetes. O que pode ser interpretado dos estudos elaborados pelo Serviço de Assistência a Menores é uma certa harmonia de compreensão sobre o dever paterno e materno na formação do indivíduo porém com deveres diferentes. O homem construiria a casa, a mulher proporcionaria o afeto e o zelo; o homem traria a comida, a mulher faria os filhos. Ambos cientes de seus papéis, do que deveriam falar e do que deveriam calar.

O homem sempre haveria de precisar da mulher: quando menino, a figura materna e quando adulto, da esposa. Seria graças a ela que o homem poderia ir e

voltar da rua e ter na sua residência a experiência de lar, de acolhimento e de amor vindos dela e dos filhos. Graças aos esforços de ambos, as finanças domésticas e a educação dos filhos iriam culminar com o sucesso e a melhoria de vida de todos. A esposa e o marido precisavam ser companheiros e cumprirem com suas tarefas no lar para que assim também cumprissem o dever que ambos tinham com a nação, sendo todas essas famílias juntas vistas como células da sociedade cuja harmonia dependia dessa energia, inteligência e dedicação quase heroicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de leituras teóricas para pesquisa do mestrado me deparei com um trecho de Luce Giard em *A Invenção do cotidiano II* que foi, por assim dizer, o primeiro encontro entre o que eu percebia na documentação encontrada, o que sentia diante daquela experiência, e como o pesquisador e o objeto de pesquisa se comunicam:

Meu olhar de criança viu e memorizou gestos, meus sentidos guardaram a lembrança dos sabores, dos odores e das cores. (...) Tive que confessar que também em mim se aninhava um saber de mulher que sorratamente havia escorregado para dentro de mim, burlando a vigilância do meu espírito. Algo que me vinha do corpo, agregando-me ao grande corpo de mulheres de minha linhagem, para incorporar-me ao seu grupo anônimo. (CERTEAU, 2013. P. 213-214)

Esse vínculo com a história buscada, encontrada e narrada pelo ofício do historiador é incômodo: faz-nos sentir inquietos, seriamente preocupados sobre se tal reconhecimento da presença do “eu” na pesquisa fará com que o trabalho se torne menos historiográfico e mais biográfico. Porém, curiosamente, percebi ao ler autores como Michel de Certeau, Ludmila Brandão, Arlete Farge e Antônio Paulo Rezende que essa inquietação não era exclusiva do meu trabalho, menos ainda derivado unicamente do tema que escolhi tratar nessa dissertação. O reconhecimento do historiador enquanto um sujeito que escreve, que é parcial e imerso em memórias e emoções constantemente praticadas, faz com que a máscara de intelectualidade que nos é ensinada desde a infância caia. A aplicação dos cuidados metodológicos com as fontes, os documentos e as reflexões que se deve realizar profissionalmente são intimamente ligadas com as mais densas sensações daquele que busca por algo, que encontra e que traz em texto. As emoções e sensações obtidas durante o trabalho podem ser uma poderosa ferramenta de trabalho, a partir das quais os olhares se diferenciam do óbvio e se reconhece uma outra dimensão a partir da qual o historiador pode realizar suas atividades. (FARGE, 2011. P. 94)

Desta forma, a frase de Giard acima citada semeou em mim a possibilidade de trazer o tema do lar e da família durante o Estado Novo levando

em consideração as imagens, símbolos e discursos partilhados no ambiente doméstico levando em consideração a interpretação pessoal em comparação com as interpretações de outros escritores, daquele tempo ou mais recentes. Uma das primeiras considerações à respeito do que está aqui escrito é que optou-se por proporcionar uma experiência de leitura mais “íntima” do que pela apresentação extensa de dados e fatos; essa escolha acabou por fazer toda a diferença na quantidade de páginas e mesmo quanto a certas “ausências” no texto. Ao trazer nos capítulos os perfis desejados da casa, da mulher e do homem a partir do que os órgãos públicos e as publicações proferiam acabou-se por necessariamente excluir deste trabalho (porém não sem ignorar suas existências) de famílias menos “tradicionais”: avós e netos, tios e sobrinhos, casais homoafetivos, estrangeiros, entre outros com vínculos e histórias das mais diversas que moraram no Recife das décadas de 1930 e 1940. O período político do Estado Novo destaca-se, pelo que se pode concluir, dentre outros da história brasileira pela vasta produção de materiais de cunho informativo, educativo e doutrinário a respeito de como as famílias deveriam ser, devendo obedecer todos esses textos à prévia censura, o que acabou por uniformizar na maioria das vezes as informações que chegam ainda hoje a nós através dos documentos.

Para realizar a pesquisa documental foram realizadas consultas em diversos arquivos. Em Recife, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, na Fundação Joaquim Nabuco, na Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco e também consultas a bibliotecas particulares. No Rio de Janeiro, através do Auxílio Mobilidade Discente proporcionado pela FACEPE, foram consultados o Arquivo Nacional, O Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas e a Biblioteca Nacional. Diante da vasta produção documental e bibliográfica sobre o período, concluiu-se que seria melhor uma abordagem em torno das publicações oficiais e jornalísticas que tivessem por objetivo informar e influenciar intimamente os comportamentos dos homens e mulheres de Recife.

Um grande elemento inquietante durante o processo de pesquisa foi o da rara presença de mulheres comentando sobre o lar e as práticas domésticas fora das chamadas “publicações femininas”. Autoras como Virgínia Pontual e Zélia Gominho ajudaram a concluir que tal fato se deu devido as dinâmicas

sociais dos “lugares de homem” e “lugares de mulher” que as sociedades recifense e brasileira proporcionavam: como a autoridade do saber-poder era majoritariamente masculina nos ramos da política, arquitetura, engenharia e saúde (grandes interessados no progresso), poucas oportunidades devem ter sido dadas às mulheres de opinarem sobre os pontos encontrados na documentação. Além da ausência da mulher, a do pobre também é notada. O que se percebe também é que com grande frequência são esses homens de melhor situação social, que dominam as publicações e os planos de governo que falaram e fizeram em nome desses grupos postos fora da dinâmica.

Apesar desse silêncio, não se deve pensar que esses sujeitos foram passivos e anulados por completo da história. Tal como Giard afirma, existem certos aprendizados que se registram pelos gestos, e coisa semelhante também ocorre na cidade: os muros, as histórias de família, os cheiros, as fotografias: tantas coisas que, de uma forma quase misteriosa, nos fazem ter dúvidas sobre aquilo posto como discurso oficial. Aqueles que diariamente transitavam nas ruas do Recife tiveram em sua maioria suas vozes caladas no tempo e sobre o que “de fato” ocorria no ambiente doméstico sobrevive pela lembrança trazida entre parentes.

A vivência no lar é regada por silêncios. Ainda hoje, apesar das mudanças nas dinâmicas de exposição do sujeito, existe aquilo que é do mais íntimo e sagrado dessa dinâmica de se habitar um espaço. Pode-se perceber que outra razão para tantos silêncios na pesquisa são devido à própria prática de estrutura familiar experimentada no Recife do Estado Novo: as violências, as dores e as ausências eram caladas em nome da honra, da discricção, da preservação do nome da família. Pouca coisa poderia ser pior naquele tempo que a má fama.

Gustavo Capanema desejava moldar o homem brasileiro tal como a pedra diante da força do martelo, assim como Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães zelaram por suas reputações e deixaram suas marcas na história e na memória a ponto de, findo o Estado Novo, conseguirem ser eleitos e ainda hoje lembrados como personagens de destaque para aquilo que se registra enquanto “história oficial”. As dinâmicas fora da casa foram se acelerando, novas ideias sobre a casa, o homem e a mulher foram surgindo e diferentes práticas de se relacionar, vestir e viver foram passando pelas ruas da cidade; dentro dela, a televisão foi entrando junto com novas

músicas, novas imagens e fatos narrados pelos jornais. Cada vez mais aparelhos eletrodomésticos, propagandas, conselhos sobre comportamento, educação e saúde e, apesar de tanta coisa, algo elementar ainda permaneceu na cozinha, no quarto, entre outros espaços de intimidade. Desejou-se aqui tocar levemente alguns destes elementos e apresentar quais foram os caminhos percorridos em torno dessa ideia e sensação. Mais uma vez, como costuma ser na História, o tema não se esgota: fica aqui este texto, também semente, para um possível galho adiante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Nordeste: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. A construção da verdade autoritária. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. 2001.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A poética do devaneio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

_____. A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRENTO, João (org.). Walter Benjamin – o anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BERNARDES, Denis. Recife: o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOSI. Ecléa. Memória e sociedade: lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTON, Alain de. A arquitetura da felicidade: Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos. São Paulo: Perspectiva; Cuiabá, Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CERCHIARO, Marina Mazze. Esculpindo para o ministério: arte e política no Estado Novo (caderno de imagens). São Paulo: Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras, 2016.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. A invenção do cotidiano 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores da *belle époque*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. São Paulo: editora UNESP, 2007.

COUCEIRO, Sylvia. Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

COUTO, Mia. Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DUARTE, Eduardo. Sob a luz do projetor imaginário. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

ECO, Umberto (org.). História da beleza. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FARGE, Arlette. Lugares para a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FAUSTO, Boris. O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FREUD, Anna. Psicanálise para pedagogos. São Paulo: M. Fontes, 1974.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.

FORTY, Adrian. Objeto de desejo – design e sociedade desde 1750. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 20 e 40). Jaboatão dos Guararapes: Livro Rápido, 2007.

HARTOG, François. Evidências da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. Edit. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LEITÃO, Lúcia; AMORIN, Luiz. A casa nossa de cada dia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945). Rio de Janeiro: MINC/IPHAN: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996.

LEWIS, Susan. Indesejáveis e perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2005.

LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e Cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. 2008. 274 f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano – Centro de Arte e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais, 1890-1948*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2011.

MELO, Alcília Afonso de Albuquerque e. *Revolução na Arquitetura: Recife, década de trinta*. Teresina: EDUFPI, 2001.

MINAS, João de. *A mulher carioca aos 22 anos*. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

MOTA, Mauro. *100 poemas escolhidos*. Recife: Cepe, 2015.

NASLAVSKY, Guilah. *Modernização da arquitetura no segundo quartel do século XX*. Tese de dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

NETO, José Bezerra de Brito. *Educar para o Belo: arte e política nos Salões de Belas Artes de Pernambuco (1929-1945)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Rural de Pernambuco. Recife, 2011.

NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Ana Luiza (org.). *Um modo de ser moderno: Lúcio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

PADOVAN, Maria Concepta. *As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937 – 1945)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a II Guerra Mundial*. Recife: Bagaço, 2003.

PAZ, Octavio. O arco e a lira. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PANDOFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, meu pai. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

PEREIRA, Margareth. Le Corbusier e o Brasil. São Paulo: Tessela, 1987.

PONTUAL, Virgínia. Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. da UFPE, 2001.

REZENDE, Antônio Paulo. Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RYKWERT, Joseph. A casa de Adão no paraíso: a ideia da cabana primitiva na história da arquitetura. São Paulo : Perspectiva, 2003.

SANTOS, Lúcia Leitão. Os movimentos desejanter da cidade: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Recife, 1996.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SERRANO, Isabel de Almeida. Noções de economia doméstica (de acordo com os Programas para o Curso Ginásial do Ensino Secundário). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

SETTE, Mário. Arruar: história pitoresca do Recife antigo. Recife: Governo do Estado

de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura. 1978.

SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil III. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEINER, Günter. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ANEXO A - FOTOGRAFIAS

Maquete do MES com a escultura O Homem Brasileiro. In. CERCHIARO, 2016



Agamenon Magalhães ladeado por estudantes da Escola Técnica Profissional Masculina



Crianças habitantes dos mocambos. Fotografia pertencente ao Arquivo Estadual
Jordão Emerenciano



Vila dos Usineiros de Pernambuco, em Santo Amaro – Recife. Fotografia pertencente ao Arquivo
Estadual Jordão Emerenciano



Capa da *Criança*: revista para os pais, edição de abril de 1943



Escola de culinária da Vila das Cozinheiras. *In.* Guia Social do Recife



Crianças em dia de lazer na praia. Fotografia pertencente ao Arquivo Estadual Jordão Emerenciano



Construção de obra pública. Fotografia pertencente ao Arquivo Estadual Jordão Emerenciano

